

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM LÍNGUA PORTUGUESA

JOSÉ ADRIANO DE OLIVEIRA

**DEMOCRATIZAÇÃO, COMODIFICAÇÃO E TECNOLOGIZAÇÃO
NO GÊNERO REPORTAGEM**

**SÃO PAULO
2022**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM LÍNGUA PORTUGUESA

JOSÉ ADRIANO DE OLIVEIRA

**DEMOCRATIZAÇÃO, COMODIFICAÇÃO E TECNOLOGIZAÇÃO
NO GÊNERO REPORTAGEM**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Língua Portuguesa.

Orientador: Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira.
Linha de Pesquisa: Leitura, escrita e ensino de Língua Portuguesa.

**SÃO PAULO
2022**

Dados Internacionais de Catalogação

OLIVEIRA, José Adriano

Democratização, comodificação e tecnologização no gênero reportagem / José Adriano de Oliveira, PUC-SP/ Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa. São Paulo, 2022.

Orientação do Prof. Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira.

BANCA EXAMINADORA

O que nós vemos das coisas são as coisas.
Por que veríamos nós uma coisa se houvesse outra?
Por que é que ver e ouvir seria iludirmo-nos
Se ver e ouvir são ver e ouvir?

O essencial é saber ver,
saber ver sem estar a pensar
Saber ver quando se vê,
E nem pensar quando se vê
Nem ver quando se pensa.

Fernando Pessoa

AGRADECIMENTOS

Ao Criador, acima de tudo, por permitir que aos poucos, desenvolvamos as virtudes do saber e do fazer na vida e na educação.

A minha avó, primeira mestra em minha história, que soube desde sempre me formar através da disciplina e da busca do conhecimento.

Ao meu amor, amigo e companheiro de todos os dias, que desde sempre incentivou e esteve ao meu lado durante todo o tempo deste trabalho.

Ao eterno mestre Prof. Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira que, além de tudo, é um ser humano sábio que acolhe e ama o que faz. Obrigado por mudar nossas histórias!

À professora Dr^a Regina Célia Pagliuchi que, desde que a conheci, despertou a vontade em saber e fazer sempre mais.

À professora Ms. Valeuska, amiga de muitas horas, que me acompanhou e ajudou em momentos de dúvidas e incertezas.

À professora Dr^a Regina Sellan, que, através da convivência, sempre foi atenta e amiga no decorrer dos estudos e partilhas.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior) pela bolsa concedida.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

RESUMO

O trabalho a seguir surgiu da indagação sobre o modo como um grupo de alunos do 8º ano do ensino fundamental leem e compreendem, em suas produções textuais, as ocorrências gramaticais e discursivas que acontecem no mundo, de forma que fosse analisado o corpus deste trabalho a partir da Análise Crítica do Discurso. A pesquisa se fundamentou na democratização, comodificação e tecnologização da língua, de Norman Fairclough, e tem como ponto de partida a gramática e a ideologia em textos produzidos pelos alunos a partir da leitura de uma reportagem. A capacidade de identificar a intencionalidade de uma produção por meio do vocabulário é o critério usado para analisar as redações. Considerou-se a escolha do léxico e o modo como tais elementos foram empregados numa dada circunstância, levando em conta o fator de origem do texto motivador e a leitura dos estudantes. Essa maneira de ler e escrever permitiu que a pesquisa desse subsistência à proposta da ACD, que tem como finalidade analisar e formar, de modo crítico, a leitura e a produção de textos.

Palavras-chave: gramática; discurso; Análise Crítica do Discurso; ideologia; leitura.

ABSTRACT

The following work arose from the question about how a group of students from the 8th year of elementary school read and understand, in their textual productions, the grammatical and discursive occurrences that happen in the world, so that the corpus of this work was analyzed. from Critical Discourse Analysis. The research was based on the democratization, commodification and technologization of language, by Norman Fairclough, and its starting point is grammar and ideology in texts produced by students from reading a report. The ability to identify the intentionality of a production through vocabulary is the criterion used to analyze the essays. The choice of lexicon and the way in which such elements were used in a given circumstance were considered, taking into account the factor of origin of the motivating text and the students' reading. This way of reading and writing allowed the research to support the ACD proposal, which aims to critically analyze and form the reading and production of texts.

Keywords: grammar; speech; Critical Discourse Analysis; ideology; reading.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
1.1 Gramática e gramatização: conceitos, história e prática de ensino	14
1.1.1 O conceito de gramática: panorama de finalidades	14
1.1.2 Norma padrão e variante linguística	19
1.1.3 A gramatização da língua como um processo de identidade	22
1.2. Modalização e o ensino de Língua Portuguesa	26
1.2.1 Há uma ideologia por trás da modalização	27
1.2.2 A língua na concepção heterogênea	29
1.2.3 A norma lusitana e sua atualidade: Ideia da língua colonial	32
1.2.3.1 A variação de registro	39
2 A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E SUAS IMPLICAÇÕES	41
2.1 A Análise Crítica do Discurso e sua origem	41
2.2 Discurso para Pêcheux e Fairclough	43
2.3 A ideologia e o poder	44
2.3.1 Eixos do discurso: ideologia e o poder	45
2.3.2 A dimensão do discurso na ACD	47
2.4 As três tendências do discurso	50
2.4.1 A democratização, a comodificação e a tecnologização: construção dos sujeitos por meio do discurso	50
2.4.1.1 Democratização.....	52
2.4.1.2 Comodificação	52
2.4.1.3 Tecnologização	54
3 AS TRÊS TENDÊNCIAS DO DISCURSO COMO CATEGORIAS PARA A ANÁLISE DO CORPUS	55
3.1 O conteúdo temático, o estilo e a construção dos textos: perspectiva de análise de Bakhtin a Fairclough	55
3.2 O gênero reportagem: características para a realização da ACD	57
3.2.1 A leitura do gênero reportagem	58
3.2.2 Reportagem e notícia: Constituição e diferenças discursivas.	59
3.3 A constituição do corpus	61
3.3.1 Violência, polícia e discurso	61
3.4 A ação policial e o discurso da imprensa	62
3.5 A presença das tendências nas produções discursivas	63
3.6 A polícia como foco das práticas discursivas	65
3.7 Democratização, comodificação e tecnologização: aplicações práticas no texto motivador.	66
3.8 O texto motivador	67
3.8.1 Análise do texto motivador	68
3.9 Proposta didática	72
3.9.1 Análise das produções dos alunos.....	73
3.9.2 Resultado das análises.....	81
CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84

INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir surgiu a partir de reflexões profissionais, que depois também se tornaram reflexões pessoais. Todos esses fatores resultaram em uma auto análise do trabalho docente com a Língua Portuguesa, pois ensinar um idioma faz pensar sobre o mesmo, de modo que as ações em sala de aula, juntamente com as necessidades dos alunos, exigem perspectivas que rompam com as ideias que não permitam uma autorreflexão sobre o uso do próprio idioma.

A problemática que tenciona a presente proposta de pesquisa é a inabilidade que os alunos do 8º ano do Ensino Fundamental têm, após percorrem longos anos na educação básica, em conciliar o aprendizado gramatical com as atividades de produção textual, de forma crítica, utilizando, a seu favor, as artimanhas normativas e cotidianas de uso para construir textos consistentes.

O propósito básico deste trabalho sugere a reflexão sobre a necessidade de contextualizar as normas da língua padrão nos diferentes contextos em que o falante a utiliza. Somente a partir de uma contextualização linguística e crítica, o ensino e estudo da gramática se tornarão significativos para o aluno, de sorte que ele se apropriará da teoria à medida que compreender sua importância para as vivências do dia a dia.

As leituras que levaram a uma percepção maior sobre as problemáticas que envolvem o ensino do idioma foram *“Ensino de gramática”. Opressão ou liberdade?* (BECHARA, 1985) e *“Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus”* (TRAVAGLIA, 2000). A partir dessas leituras e análises, foi possível compreender e refletir muitos casos em que o ensino da língua materna impede uma verdadeira identidade e ação dos sujeitos, pois favorece uma estrutura e uma prática que pode não promover uma atuação digna e capaz nos falantes diante das necessidades e estratégias sociais.

Juntamente ao ensino de gramática foi possível perceber que havia algo maior e que gerava uma omissão, muitas vezes inconsciente, da verdadeira razão de ensinar a língua materna. Com isso, a Análise Crítica Discurso surgiu como uma verdadeira coluna para o desenvolvimento dessa pesquisa bibliográfica, aplicada à análise do gênero reportagem. A gramática passou a ter uma nova significação junto ao discurso, pois como exemplifica Travaglia (2000) *“Dessa forma o texto será o resultado, o produto concreto da atividade comunicativa que se faz seguindo regras e princípios discursivos sócio-historicamente estabelecidos que têm de ser considerados”*.

Dentro do contexto da Análise do Discurso Crítica a palavra deixa de ser vaga e passa a ser integrada às ações que representam e dão vida ao léxico. A proposta de Norman Fairclough

tenciona a consciência linguística em relação ao outro, partindo da carência que há do entendimento linguístico junto às estruturas sociais, o que promove as sutilezas dominadoras que norteiam comportamentos, mantêm estruturas de poder e impede a consciência linguística.

No desdobramento do trabalho e análise do corpus, as três tendências propostas por Norman Fairclough servem de base para as análises que esse trabalho realizou com produções em sala de aula. A democratização, a comodificação e a tecnologização foram os pontos em que essa pesquisa se sustentou para mostrar, de forma clara e prática como a linguagem age e exerce sua função de acordo com suas práticas.

O primeiro capítulo intitulado como: “Gramática e gramatização: conceitos, história e prática de ensino” apresenta os conceitos de gramática, uma breve visão histórica e práticas de ensino. Desse modo, é possível notar como a noção de gramática foi instaurada em algumas situações, em outras foi alterada, promovendo os conceitos de gramática e suas funções sociais. É aceitável pensar o uso de gramática como normativa, por exemplo, quando o pensamento sobre o ensino de língua ainda contém interesses colonizadores ou descritiva quando o processo de uso não cogita o sujeito como protagonista.

O segundo capítulo intitulado como “Análise do discurso e suas implicações” apresenta um resumo dessa área de pesquisa, definindo conceitos básicos, importância de sua dimensão social e como pode favorecer o ensino da língua de modo geral. Também há uma explanação sobre a conceituação de Análise Crítica do Discurso proposta por Fairclough.

No terceiro capítulo “Ideologia e poder” há uma exemplificação dos termos norteadores da pesquisa, o que propõe que tanto a ideologia quanto o poder promovem as formas de como os dizeres devem ocorrer na sociedade. As noções básicas recuperam leituras de Althusser feitas sobre Marx, Pêcheux, Fairclough. Depois é compreendido como a ideologia e o poder são entendidos dentro da perspectiva da análise do discurso.

O quarto capítulo apresenta a reportagem como gênero selecionado para melhor compreender as práticas e como as tendências propostas por Norman Fairclough se concretizam de maneira direta, porém sutil, o que possibilita notar, analisar, reinterpretar e apresentar a ação das tendências discursivas. Neste capítulo há a análise do corpus, que foi sugerido como produção de um texto por alunos do 8º ano do ensino fundamental de uma escola privada. A redação ocorreu depois que os alunos leram uma notícia com o título: “Policial se envolve em acidente, foge sem prestar socorro e vítima morre em Pará de Minas”. A proposta da redação foi pautada no modo como os alunos se identificam ou não com o tema, assim foi orientado que escrevessem um texto dissertativo-argumentativo sobre o fato narrado.

A metodologia desta dissertação estruturou-se da seguinte maneira:

1- Método qualitativo

2- O *corpus* foi selecionado a partir do gênero reportagem, de modo que ficou mais acessível e objetivo a análise proposta através dos métodos das três tendências do discurso: democratização, comodificação e tecnologização. Para o desenvolvimento dessa perspectiva teórica seguiram-se as etapas:

- Seleção do material para o *Corpus*, que teve como motivação textos que fossem de consumo massivo e também acessíveis aos vários tipos de leitor, o que garantiu um desenvolvimento amplo tanto no sentido do estudo do léxico, quanto do estudo discursivo.
- Escolha da reportagem “Policial se envolve em acidente, foge sem prestar socorro e vítima morre em Pará de Minas” em que foram avaliadas a estrutura do texto e o nível vocabular.
- Leitura e produção dos alunos a partir do texto motivador, de modo livre, sem interferências diretas do pesquisador no dia da produção do texto.
- As análises foram feitas a partir das três tendências de Norman Fairclough, dentro da dimensão da ACD.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Gramática e gramatização: conceitos, história e prática de ensino

1.1.1 O conceito de gramática: panorama de finalidades

Compreende-se a língua juntamente com a história e com todos os fatores que a envolvem. Assim, ao se estudar determinados pontos de uma língua, é preciso ter um olhar minucioso acerca do contexto que a detém.

A descrição científica de gramática remonta à história dos gregos. *Tékhne Grammatiké*, “Artes gramaticais”, de Dionísio Trácio (Séc. II a.C.), escrita para que se pudesse compreender as obras clássicas da época. É a primeira obra gramatical do Ocidente, porém Aristóteles e outros filósofos já haviam pensado sobre, mas numa perspectiva filosófica.

Na época de Trácio, sua gramática era uma técnica cujo objetivo era a análise textual para a compreensão dos clássicos gregos. À medida que ela foi tomando peso na Antiguidade, tornou-se um método de ensino para pessoas que não falavam o grego. Com a extensão de sua fama na Idade Média, virou o ponto de partida a partir do qual escólios foram escritos por comentadores, os quais fornecem um histórico sobre o desenvolvimento da gramática do Ocidente. “Técnica”, “método”, e “histórico” são os três elementos-chave que permitem compreender sua gramática dentro de seu contexto de desenvolvimento. (SILVA, 2018, p. 2).

É importante lembrar que Dionísio não é considerado o primeiro gramático ocidental. As informações reunidas por ele juntam-se às outras que outrora já tinham sido descritas. O que se pode considerar é que ele fez uma compilação do que até então foi estudado, de modo que facilitasse a leitura das obras gregas. A gramática de Trácio foi a que se utilizou até o século V, em Atenas e Alexandria, na instrução da juventude.

O conteúdo da gramática é totalmente helênico, com isto é possível perceber o não interesse dos gregos por outras línguas, inclusive o Latim que era considerado uma ramificação do grego eólico.

O desejo de que as obras de Homero fossem difundidas entre os gregos e o uso correto da língua para que o Grego Clássico não fosse deturpado foram pontos que despertaram o interesse de estudar a língua, assim

A exigir a instalação de uma disciplina gramatical estão as condições peculiares da época helenística, marcada pelo confronto de culturas e de línguas, e pela conseqüente exacerbação do zelo pelo que então se considerava a cultura e a língua mais puras e elevadas. (NEVES, 1987, p. 43).

A codificação e a disseminação da gramática pelos romanos são atribuídas a Varrão, séc. I a.C., discípulo de Crates de Malos. “Da língua latina” é a obra que ele utilizou sob o

molde da língua grega em que se priorizava o uso do Latim clássico e se excluía o Latim tido como vulgar. A finalidade pedagógica ganhou aspecto e forma para a alfabetização das crianças, que ocorria por meio dos textos clássicos com o direcionamento de um *grammaticus*

Os manuais de ensino, em sua maioria, eram compilados pelos próprios mestres e se dividiam em dois principais modelos: a gramática escola, *schulgrammatik*, e a de regras, *regulae*, esta com aspecto de uma obra de referência destinada a ajudar na identificação do latim permitia que o estudante procurasse a terminação de um nome ou verbo estranho em uma lista alfabética, a fim de descobrir a que gênero, declinação ou conjugação podia pertencer. A gramática de regras parece ter sido o tipo mais comum fora da Itália, particularmente no Oriente Grego, onde, na Antiguidade Tardia, as pessoas que desejassem ascender na administração imperial precisavam ser fluentes em latim. (SILVA, 2009, p. 25)

Um fato importante que deve ser destacado é o modo em que a estrutura de aprendizagem se organiza - textos clássicos lidos sob a tutela de um especialista; aqui pode-se perceber a estratégia e visão que ainda ressoarão no futuro tratamento com a gramática da língua portuguesa em Portugal e no Brasil enquanto colônia e também nos tempos da república.

Na educação romana havia três desdobramentos da gramática: a *littera*, que era o estudo dos sons, *orationis*, estudo da relação de categorias entre as palavras para a cadência na comunicação e as *vitia et virtutes*, que analisava os vícios da linguagem e as figuras.

Os falares românicos ganham categorias de língua e se afastam da variedade “padrão” que até então era utilizada. A elaboração das gramáticas das línguas continua sob a influência do Latim e do Grego. Assim, de meados do século XIV ao final do século XVI, quando ocorreu uma forte gramatização das línguas juntamente com ideais de descoberta e exploração, o uso do Latim funcionava como mecanismo de poder da língua vernácula.

A gramática é um dos pontos mais relevantes para a aprendizagem ou o ensino de um idioma. Nela há um acervo diverso e também um modo de a compreender. Por meio de um determinado tipo de gramática pode-se ter múltiplos olhares e percepções dos fatores que envolvem a comunicação entre os membros de uma nação, de um estado ou de uma pequena comunidade indígena no Brasil, por exemplo. A potencialidade democrática da língua se revela por meio de sua gramática, permitindo que a comunicação ocorra não apenas em um local ou classe, mas por todos os que a falam.

Abordar o conceito de gramática requer um senso democrático e dinâmico, pois ela pode ser diversa dependendo das situações, interações e posições em que é definida. Logo, o que é compreendido na mesma forma da teoria gramatical por um aluno dos anos finais do ensino fundamental não é o mesmo para um modesto comerciante do interior do Brasil. De modo geral afirma-se que é um conjunto de regras para o escrever e falar “bem”. Esta é uma

definição respondida na maioria das vezes pelos falantes porque a associam ao que é compreendido e ensinado na escola.

Outro aspecto importante e que deve sempre permear nossas pesquisas linguísticas é a pertinência humana que a língua carrega em si, e que em muitas ocasiões isso não é observado e tratado como qualidade de vida durante o aprendizado e atuação social dos falantes, como afirma Travaglia (2003, p.17):

De tudo isto é que advém a proposta que temos feito em diferentes circunstâncias de um ensino de gramática que seja pertinente para a vida, possibilitando que a pessoa viva melhor porque consegue veicular pela língua os significados/sentidos que deseja e compreender melhor os significados/sentidos que chegam até ela e de que forma chegam, sendo capaz de perceber estratégias argumentativas, significativas e de relação social e cultural concretizadas no dizer. Ou seja, o falante da língua será capaz de se colocar muito melhor na relação com os outros, com a sociedade e a cultura em que vive, tanto no que diz respeito à possibilidade de estabelecer os significados, os efeitos de sentido que deseja, como no que diz respeito à apreensão dos significados, dos efeitos de sentido que os outros estão lhe propondo em interações diversas.

A formação linguística de um cidadão está relacionada ao modo de agir na sociedade. Os preconceitos linguísticos, as dificuldades na verbalização perante determinados setores e a falta de habilidades linguísticas podem excluir o sujeito e impedi-lo de ter acesso aos vários setores que constituem a sociedade. Escrever, falar e ler, com capacidade, requer a responsabilidade de um ensino gramatical que tenha como destino uma melhor atuação do sujeito no local em que lhe é, por direito, permitido atuar e se comunicar.

No cenário do ensino de língua materna é imprescindível ter indagações motivadoras que permitam traçar planos a curto e longo prazo com os alunos. O professor, primeiramente, precisa estar munido de competências científicas e práticas que permitam delinear sobre as diversas posições que a atualidade do ensino aspira, ou seja, ministrar o ensino de língua materna exige uma busca incansável e uma sensibilidade que norteie seus objetivos e crie em suas aulas um espírito benevolente e sólido para que o objeto de ensino não seja compreendido perante um olhar reduzido, mas acessível e atento às realidades existentes.

Qual a finalidade das aulas de língua portuguesa? O que almejamos com o ensino de língua materna? Estas indagações e muitas outras podem e devem ser luzes nas trilhas do ensino. Em muitas ocasiões elas podem ser urgentes, em outras nem tanto, contudo o anseio de estar atento às emergências devem existir porque a matéria linguística é viva e isto requer uma formação que ampare a competência linguística do sujeito, assim Travaglia (2003, p. 16) resume:

O que queremos de nossos alunos e para nossos alunos em nossas aulas de língua materna? Que eles transformem em bons analistas da língua? Analistas capazes de identificar e classificar unidades, funções etc? Não acreditamos que seja isto. Acreditamos que tal ensino

só pode ter como fim principal e fundamental o desenvolvimento da competência comunicativa já adquirida pelo falante, entendendo-se este desenvolvimento como o possibilitar ao falante utilizar cada vez um maior número de recursos da língua de forma adequada a cada situação de interação comunicativa.

Compreender que a língua não nasce na escola, mas apenas é estudada de acordo com exigências e contextos precisa ser a principal proposta. A concepção de língua frente ao ensino de gramática deve ser vista com a finalidade que cada situação requer e que leve em consideração as nuances típicas da comunicação.

O ensino de gramática requer uma interação social, ou seja, todo falante, em qualquer país, região ou repartição pública dirá sempre algo a alguém e isto o fará refletir que ninguém fala ou escreve para si, o outro é parte importante no processo de comunicação, pois Antunes (2014, p.18) afirma que “o consenso popularmente expresso que ninguém fala sozinho significa isto mesmo : *toda ação de linguagem, toda ação linguística, é realizada conjuntamente, quer dizer, na interação com outro interlocutor* (tanto assim que, de certa forma, se torna redundante falar em ‘interação social’)” [grifo do autor].

Na estrutura do ensino de língua a partir da perspectiva gramatical há concepções teóricas que mapeiam todo o processo de ensino e aprendizagem, tais ideias têm a finalidade de atender, em muitos casos, interesses específicos ou necessidades da comunicação, por isto um olhar atento deve configurar o escrever e o falar bem nas distintas finalidades.

O conceito de **gramática normativa** é a que mais aparece, por ter sido a concepção consagrada pela escola tradicional e pela sociedade durante um longo período. A sua definição nasce da norma padrão ou culta e todas as outras formas de compreender a língua são consideradas “desvios” ou “erros”. A linguagem dos manuais, dos grandes escritores é que sustenta essa teoria. A prática oral e as individualidades que ocorrem em seu interior são desvios que permitem preconceitos e privilégios.

Ainda nesse cenário, há motivos que justificam a concepção padrão da gramática, construindo sua utilização em argumentos estéticos, que incluem ou excluem elementos de acordo com os “bons modos” da língua e estão ligados à aparência harmônica dos termos e suas impressões, com isto o pleonasma vicioso e a cacofonia são elementos desnaturalizados, por exemplo.

A ideia elitista também é outra forma de compreender este entendimento por meio da distinção entre a classe de prestígio e a classe popular. Fala-se de determinado modo na classe prestigiada pela sociedade e toda manifestação linguística que ocorre fora deste âmbito é tida como “plebeísmo”.

A ideia política não deixa de determinar o comportamento linguístico porque “preza” pela originalidade, pelo conceito de vernáculo, inibindo o estrangeirismo, de modo que se evite a perda da identidade e ceda à dominação de outras culturas.

O caráter comunicacional é defendido como meio de facilitar a comunicação, ou seja, toda a estrutura linguística é escolhida para expressar o pensamento¹ com clareza e precisão.

A ideia histórica é o último argumento que busca sustentar a gramática normativa, pois nessa dimensão é enaltecido o costume como fator de uso. A ideia de que em determinado período falava-se de um modo e hoje isso deve permanecer, mantendo-se assim uma ideia intocável da língua em uso.

Os conceitos básicos sobre gramática são abordados a seguir na perspectiva de ilustrar os diversos modos de se conceber a língua no sentido de norma culta e ao mesmo tempo justificar os usos, que não correspondem à norma padrão.

A **gramática descritiva** vale-se da língua em movimento. A construção da língua no cotidiano das transformações humanas é que se torna o objeto de análise. Nesse contexto, a gramática observa e trabalha com todas as possíveis formas de uso da língua, pois Travaglia (2000 p. 39) diz: “o ensino descritivo objetiva mostrar como a linguagem funciona e como determinada língua em particular funciona. Fala de habilidades já adquiridas sem procurar alterá-las, porém mostrando como podem ser utilizadas”.

As duas teorias que sustentam esta gramática são a estruturalista, que dá ênfase à descrição da língua oral, e a teoria gerativa-transformacional, que prioriza o uso esperado e capacitado da língua.

A **gramática internalizada** tem como objeto de estudo o que cada falante possui, ou seja, seu aparato linguístico. Assim, a gramática internalizada se torna objeto de estudo da gramática descritiva porque trabalha com o funcionamento da língua.

A capacidade que o falante tem de usar a língua inconscientemente é estudada pela **gramática implícita**, que analisa o habitual, o automático.

A **gramática explícita** é o contrário, pois tem como objetivo observar a disposição da língua e a partir daí explicar seu uso.

A **gramática reflexiva** se estrutura por meio daquilo que é visível, usual e exato na língua, para explicar como ocorre tal processo através das normas convencionais.

¹ A concepção normativa se baseia na ideia de que a linguagem é expressão do pensamento, assim quando não há precisão na comunicação é porque o falante não tem faculdades para organizar seu pensamento.

No ensino de línguas, por exemplo, a didática de se usar duas gramáticas possibilita um maior aprendizado, neste caso temos a **gramática contrastiva**, que mostra as possibilidades e as diferenças para o aprendizado.

Os aspectos gerais são formulados pela **gramática geral**, ou seja, procura formular teorias às quais as línguas, como um todo, obedecem e analisam as possibilidades que podem existir no processo da comunicação. Nesta mesma linha pode-se lembrar da gramática universal que contém traços semelhantes.

O estudo das evoluções de uma língua é feito pela **gramática histórica**. Nota-se a língua por meio dos traços que acompanham sua manifestação; assim, comparações desde a sua origem até o uso atual são descritas.

Por fim, a **gramática comparada** procura fazer uma análise dos traços comuns que há entre os idiomas e com isto analisar o seu progresso. Esse tipo de estudo possibilitou a análise por meio das árvores genealógicas das línguas que reconhecia ligações com o Latim e também com o Sânscrito.

Entende-se que todos os conhecimentos elencados acima são, a priori, essenciais para o desenvolvimento de qualquer pesquisa referente ao estudo gramatical de uma língua, pois por meio dessas informações consegue-se entender o panorama e o modo como uma língua é estudada e descrita. Além disso, tais elementos iluminam a compreensão da norma e das variantes da Língua Portuguesa e sua realização dentro da história e do uso.

1.1.2 Norma padrão e variante linguística

É certo ensinar e discutir sobre as variedades linguísticas? A norma-padrão é necessária? Como agir em sala de aula em relação ao ensino-aprendizagem de língua materna? Essas questões permeiam os estudos e as reflexões sobre a língua portuguesa, no Brasil, justamente porque tais questionamentos, quando não acertados e praticados sob a ótica do ensino eficaz, a partir da ACD, geram incerteza por parte da escola e receio por parte dos alunos.

Há diversos autores que se dedicam a afinar tais questionamentos em vista de educação linguística madura e contextualizada, porém há autores que criam uma exclusiva prática – padrão ou coloquial – e que acreditam ser as únicas propostas para o ensino de língua materna.

O conceito de norma requer uma definição apurada e contextualizada para que tanto o professor quanto o aluno possam vivê-la longe do aspecto ditatorial de qualquer abordagem. Pode-se associar a norma ao que é comum, diário, cotidiano, por exemplo, atividades diárias de uma casa: acordar, tomar banho, preparar o café e ir ao trabalho; na escola, sinal, aula,

intervalo, aula e saída. Tais fatos são normais e por isso tidos como uma norma de funcionamento de algo. Por outro lado, há a perspectiva de padronização, como é o caso do uso do uniforme escolar – só se entra no recinto escolar vestido com calça e camiseta que contenham os sinais oficiais daquela instituição, caso isso não seja acatado, o aluno será advertido e também dispensado. Nota-se, nessas situações, que a mesma palavra tem sentidos semânticos diferentes, tanto na teoria quanto na prática. Quando essa questão é experimentada no ensino de língua materna é diferente. Não se pode prescrever, de maneira peculiar, um dado uso do idioma como único, independentemente de qualquer abordagem; o lado tendencioso deve ser evitado em qualquer período para que aconteça uma consciente adequação e conscientização do que é falar Língua Portuguesa.

A realidade escolar se desdobra para responder às questões anteriormente expostas, porém a falta de reflexão e compreensão das funções da língua podem prejudicar o bom uso do português. É sadio estudar a língua em diferentes perspectivas para que se entenda como é o seu funcionamento; desse modo professores e alunos não podem defender uma “causa linguística” motivados apenas pelos ideais de progressismo ou tradicionalismo, mas devem aceitar que para essa situação é necessário estudar e usar a língua em sua essência, com toda variedade possível e aceitável.

As circunstâncias é que selecionam o modo de usar a língua, e isso é possível e aceitável porque na realidade das circunstâncias é que ela expõe sua variedade. As situações que comprovam isso podem ser constatadas por qualquer falante do português que vive em uma grande ou pequena cidade, que trabalha em uma grande corporação ou em seu ateliê, em toda realidade será manifestada uma forma de dizer, será construída uma maneira de se comunicar. Por exemplo, uma pessoa que pede uma caneta emprestada em uma banca de jornal terá um modo de dizer que está justificado pela possível pressa, eventualidade, urgência, enfim, a probabilidade que o contexto de fala seja informal é grande. Essa mesma pessoa, se estivesse em uma universidade e por qualquer circunstância necessitasse da caneta e se a única opção fosse o professor que estivesse a sua frente em um momento de prova, por exemplo, pediria a caneta de outra forma, sem pressa, sem a informalidade da rua e levando em conta que adequaria ao máximo a sua fala perante o professor. Tais situações ocorrem diariamente com todas as pessoas, pois a necessidade de comunicação é uma forma de se socializar e também seria condição favorável para uma pessoa que domina a língua portuguesa em suas diversas precisões – o que deve ser observado diante desse fato é que quando o sujeito envolvido não dispõe de uma reflexão sobre o uso da língua, isso trará a segregação, a falta de habilidade em

se comunicar e uma limitação quanto ao seu ser e agir no mundo. A honesta habilidade linguística é aquela que proporciona essa capacidade de adequação, de uso e de reflexão.

A norma padrão não deve ser compreendida como uma regra desprezada ou que promove a segregação entre os usuários. Essa ideia é perigosa e pode promover a falta de harmonia no ensino e também na vida cotidiana dos sujeitos. Compreender uma norma é identificar uma forma de dizer, uma maneira de usar para uma dada finalidade. Nas palavras de Bechara (2015, p. 54):

Cabe à gramática normativa, que não é uma disciplina com finalidade científica e sim pedagógica, elencar os fatos recomendados como modelares de exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias específicas de convívio social. A gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever, segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos.

A definição de Evanildo Bechara não privilegia o uso da norma, apenas esclarece em que e para que ela deve existir. As questões culturais, sociais, ideológicas e sociais multiplicam as variedades da língua, ou seja, a situação faz o falante, porém isso deve também ser pensado e administrado, caso contrário haverá uma disparidade no uso e na identificação do idioma.

Cabe ressaltar ainda que nesse contexto há duas funções da norma que devem ser consideradas: o sentido unificador da língua, que através da norma-padrão une a língua em suas diversas manifestações (dialetos e variedades); por outro lado há um sentido separatista, que identifica apenas a língua de prestígio, não reconhecendo os seus desdobramentos.

O linguista Marcos Bagno, em suas pesquisas e colocações, ressalta que a ideia eleita por muitos como uma língua ideal, única é uma fantasia, pois em um mundo com inúmeras manifestações de sujeitos, culturas e estruturas sociais a língua não conseguirá se manter imutável como muitos pensam:

O fato é que, como a ciência linguística moderna já provou e comprovou, não existe nenhuma língua no mundo que seja “una”, uniforme e homogênea. O monolingüismo é uma ficção. Toda e qualquer língua humana viva é, intrinsecamente e inevitavelmente, heterogênea, ou seja, apresenta variação em todos os seus níveis estruturais (fonologia, morfologia, sintaxe, léxico etc.) e em todos os seus níveis de uso social (variação regional, social, etária, estilística etc). (BAGNO, 2015, p. 27).

Quando se consideram os fatores citados pelo autor como: fonologia, morfologia, sintaxe e léxico, a percepção de uma língua diversificada fica mais fácil porque ela não se constitui apenas por uma ideia ou maneira de usá-la, mas por diversas circunstâncias que a formam e a validam enquanto língua. O padrão estandardizado, fruto da notoriedade que nasce de uma classe social, com acesso à educação com mais qualidade, convive com essa maneira de dizer a língua sem grandes dificuldades, o que não ocorre em outras realidades.

Diante desse cenário, deve-se levantar uma autocrítica e uma avaliação coerente com o propósito do ensino de língua portuguesa, pois quando não se permite que o outro (nesse caso o aluno) entenda que há mais de um jeito de estudar e usar o idioma ocorre a alienação e a crença de que há apenas uma língua estagnada e insensível. A escola é o lugar por excelência de fala, escrita e escuta; lugar da apropriação do uso linguístico e reflexão sobre a mesma. Na escola o sujeito tem direito ao aprendizado das concepções linguísticas, da norma padrão e das variedades, que devem ser estudadas na mesma proporção e garantia, pois ao mesmo tempo que se deve saber a regência verbal em um texto científico o mesmo aluno também deve se sair bem em uma conversa informal com o cobrador do ônibus e com uma pessoa oriunda de uma realidade linguística mais limitada.

Com essas considerações sobre a variação linguística e a norma-padrão identifica-se, dentro do contexto linguístico, fatores universais, regionais e culturais, que podem ora estarem em acordo, ora estarem em conflito, de modo que é necessário que o sujeito tenha plena compreensão crítica disso enquanto escreve, lê e se expressa. A compreensão de tais motivações viabiliza a ideia de identidade e exerce uma abrangência sobre as ideias e formas de sistematização da língua.

1.1.3 A gramatização da língua como um processo de identidade

Na seção anterior, foram colocados alguns pontos fundamentais para compreender, de forma autônoma, a questão da norma-padrão e da variação linguística, temas muitas vezes destacados e pobremente ensinados. O importante é que não se deve tratar tais questões apenas com um ponto de vista, de acordo com ideias pessoais, mas de forma ampla e democrática, sem fazer prerrogativas para a norma-padrão ou para a variação. Em nome de um ensino eficiente é que se deve tratar desse assunto com maturidade e reflexão para que a construção linguística seja eficiente em seu uso.

O renascimento trouxe ao homem a possibilidade de expandir a ciência. No contexto da produção de informações, a imprensa representou uma gama diversa de possibilidades e de novas conquistas. As navegações levaram às conquistas um caráter de domínio e dominação, com isto a língua é colocada como algo que oficializa a submissão de uma cultura sobre a outra.

Juntamente com a imprensa há também a elaboração de gramáticas das línguas europeias e o estudo da origem das línguas que surgiram com as expansões marítimas. Para Robins (1979, p. 78):

A invenção da imprensa possibilitou a difusão da cultura em largas proporções; e o nascimento de uma classe média de comerciantes estendeu os benefícios da educação a círculos cada vez mais amplos da sociedade e estimulou o estudo de modernas línguas estrangeiras.

A abrangência linguística que decorre desse impulso é fruto de uma estrutura social de conquista e ocupação de espaços pelas pessoas. A imprensa possibilita a circulação de livros, gramáticas e com isto as pesquisas sobre as línguas conhecidas e as novas que surgem, de modo que aconteça um acréscimo de horizontes linguísticos na Europa e nos futuros países colonizados.

É comum que haja um anseio de criação e de identidade ao se constituir como nação e foi isto o que aconteceu no Brasil do século XIX, através da língua portuguesa. A produção de dicionários e gramáticas revelou a vontade de separação entre Brasil e Portugal, com isto intensificou-se uma atmosfera de ordenamento no país tanto no sentido cultural quanto linguístico. Processos como a Independência e a abolição da escravatura alimentaram a autonomia do sujeito por meio da fala e da escrita.

A constituição de um falante com sua respectiva identidade nacional corresponde ao surgimento de um cidadão com uma língua própria em realização, visível na gramática, e é isto que se apresenta como proposta de autonomia do falante e possibilita a formação de um sujeito de direitos inserido em um universo de fenômenos linguísticos em articulação com os processos ideológicos. (SOUSA; ALVARES, 2015, p. 136).

O regime de identificação da língua com a identidade do sujeito resulta em uma condição de autonomia e com isto ideias próprias e maneiras de se conceber o mundo que o rodeia. Assim, tem-se a ideia de colonização desconstruída para que a nação, no sentido genuíno, seja edificada.

O processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil carrega um arsenal histórico, que deve ser analisado sob a luz da psicologia, da antropologia e da sociologia. Tais dimensões fornecem bases para uma compreensão mais abrangente de todo esse processo. Por meio da psicologia percebe-se no sujeito a construção de sua identidade enquanto pessoa que se concretizará por meio da língua; na noção antropológica é possível identificar esse mesmo sujeito que será compreendido por meio da língua através de suas crenças, seus costumes, seus hábitos e suas leis e por fim sociologia ajudará a ver como a manifestação linguística constitui esse ser complexo que é o sujeito e parte de um contexto diante de um todo que é a sociedade.

A heterogeneidade linguística é o foco da gramatização porque representa as possibilidades em que o falante está inserido e a partir de onde este mesmo ser se comunica:

Em um espaço linguístico vazio, ou praticamente vazio, de intervenções tecnológicas, a liberdade de variação é evidentemente muito grande e as descontinuidades dialetais, que afetam essencialmente traços que não se recobrem, são pouco claras. A gramatização,

geralmente se apoiando sobre uma discussão do seja o “bom uso” vai reduzir esta variação. (AUROUX, 1992, p. 69).

Para o autor, as intervenções existentes facilitam a compreensão e o uso da língua e formulam a gramatização, ou seja, a língua quando pode ser apreendida é porque ocorre esse processo que unifica a comunicação entre as práticas linguísticas, pois para Auroux (1992) “Assim como as estradas, os canais, as estradas-de-ferro e os campos de pouso modificaram nossas paisagens e nossos modos de transporte, a gramatização modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado de patrimônio linguístico da humanidade”. Esse comportamento, quando é entendido dentro de uma concepção pluralista da linguagem e das faces que são reveladas no seu uso cotidiano, permite que o falante desenvolva capacidades e técnicas de acordo com o que é esperado em cada ambiente comunicativo.

A extensão entre escrita e oralidade diz respeito ao processo de gramatização em que a regularização é o aspecto usual da própria língua. Nesse prisma é importante ressaltar que não se deve afastar ou desconsiderar fatos tidos como suportes da constituição linguística. Textos consagrados, autores e as inúmeras contribuições que permeiam a ilustração da língua são bases sólidas e correspondem aos processos de formação, o que se deve acentuar é uma política linguística para uma legitimação daqueles que não têm o mesmo lugar e sentimento de pertença no estudo linguístico.

Há muitas “línguas” no Brasil. Há muitas “maneiras” de se dizer algo por meio de um mesmo idioma que só podem ser compreendidos em um sentido próprio. Quando a variação da língua é considerada também é possível constituir uma língua de modo concreto.

A variação linguística se caracteriza pela análise lexical, sintática, morfossintática, morfológica, fonética e fonológica. A manifestação da língua em situação comunicativa específica não é analisada sob o ponto de vista homogêneo e não deve ser restringida a um escopo único, regular e sistemático sob o ponto de vista da norma padrão, que tem a tendência a ser vista como hegemônica. (SOUSA; ALVARES, 2015, p. 137).

Uma maneira de notar esse fato foi como os gramáticos brasileiros permitiram a emancipação da língua através da definição do que aqui era falado e produzido. Para Orlandi (2002, p. 157), “ao deslocar para o território a autoria da gramática, [...] o que os gramáticos brasileiros estão deslocando é a autoridade de se dizer como é essa língua”. Junto aos processos de constituição do sujeito também há a ideia de identidade e pertença a um grupo ou raça. Há a noção de pertencimento a uma nacionalidade.

Olhar para o desenvolvimento da língua enquanto elemento vivo que constitui o ser humano frente a uma comunidade de falantes é analisar os fatos gramaticais por meio de seus processos de condição e distribuição. Com isto será possível analisar como um determinado

grupo realiza a naturalização do idioma e repassa para o outro. Os contextos sociais são múltiplos e agregam condições que são mutáveis perante a língua, assim a norma padrão não pode ser o regulamento único porque a língua se define perante os contextos de atuação. Deve-se levar em conta a pessoa que fala, o lugar em que se fala e o para quem se fala. A gramatização corresponde às práticas em que a heterogeneidade linguística reclama diante da vastidão linguística.

O registro analisado sob a perspectiva da gramatização é a matéria para uma conscientização linguística, pois a gramática não está para prescrever o modo, mas para dialogar e explicar os fatos que já ocorrem na comunicação. O paradoxo que interfere no processo de ensino aprendizagem nasce da discordância entre a gramática idealista e o que se reconhece enquanto legítimo da língua portuguesa do Brasil.

Por meio do processo de nacionalização acontece uma “rejeição” ao que é externo. O Brasil passa a ser um país assim como Portugal era. Os brasileiros não são mais colonos e têm uma identidade que se manifesta pela língua, por este fato a gramatização sistematiza a originalidade do idioma brasileiro. Ao reconhecer um idioma próprio, o sujeito retoma ao seu lugar, a sua origem, a sua história e se reconhece nela.

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural. É preciso concebê-la também como um *instrumento linguístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. [...] (AUROUX, 1992, p. 69-70).

De acordo com o autor é possível sintonizar a consciência do sujeito com o saber linguístico que permite a construção de sua identidade. É contraditório pertencer a um lugar, mas esse mesmo não ter um idioma que o pertença. A gramatização possibilita reconhecer o registro linguístico por meio das regras desta mesma língua. Assim, Auroux (1992, p.78) afirma que “A qualidade das descrições depende da estrutura das relações humanas que colocam a língua em posição de ser observada”. Assim sendo, o olhar “clínico” sobre o desempenho da língua por meio dos emissores permitirá descrições que ajudem a cada vez mais instituir uma língua portuguesa do Brasil e aprimorar as práticas de ensino e de aprendizagem.

O item seguinte contribui para que seja mais concreta a definição de “domínio” e “colonização” linguísticas, pois ao se tratar da análise discursiva é essencial que se saiba quais são as formas de se identificar tendências e modos de se levar o leitor (consumidor) a pensar com e como o autor (produtor). Também é levado em conta o caráter ideológico que se desponta na ideologia dominante de qualquer produção.

1.2. Modalização e o ensino de Língua Portuguesa

A modalização busca apresentar a posição do sujeito frente ao que se enuncia. Por meio dessa é possível reconhecer a subjetividade do discurso. Assim há um direcionamento da opinião do leitor que lê a produção de um autor. Ao realizar a modalização, o sujeito (autor) revela sua intencionalidade discursiva por meio de fatores como a lexicalização.

Dentro do contexto de educação linguística, há quem defenda o puritanismo da língua, de modo que nada além da norma deve ser aceito e que a língua só pode ser reconhecida a partir das sentenças gramaticais; por outro lado há a banalização da gramática, com a justificativa de que a língua sofre defasagem e não necessita seguir parâmetro; deve ser estudada em suas mudanças e necessidades, apenas.

Em meio a esse conjunto, a modalização é um elemento que provê conteúdo capaz de capacitar o ensino e ao mesmo tempo possibilitar um entendimento mais didático e amplo dentro das subcategorias da Análise Crítica do Discurso (ACD), propostas por Norman Fairclough, que serão desenvolvidas no corpus desta pesquisa. Assim, ao se compreender a finalidade da modalização, compreende-se também o como ela ocorre e como isso pode ser utilizado dentro da análise textual.

As propostas que preenchem os documentos curriculares, no passado e no presente, defendem que o ensino gramatical não deve ser concebido como exclusivo, mas dentro de uma proposta de uso. Desse modo, o texto surge como principal meio de interagir a gramática e os aspectos usuais da língua, porém uma aparente ruptura nesse sentido parece ter excluído a necessidade gramatical da linguagem e criado uma dimensão apenas textual, o que pode não permitir uma compreensão maior do uso da língua.

Frente a essa inquietação no meio do ensino de Língua Portuguesa, Halliday afirma que a escolha do léxico tem a função de propor um sentido, e que a gramática ultrapassa a mera repetição de regras, mas é um local de busca de sentidos. As palavras, colocadas em certos lugares, edificam dizeres diversos, que envolvem um contexto, uma necessidade. Um exemplo básico é notar o uso do adjetivo “velho”: O homem *velho* saiu/ O velho *saiu*. O uso do termo “velho” é alterado devido a sua posição, no primeiro uso é um substantivo, no segundo é um adjetivo. Nesse sentido o autor promove uma intenção que pode ser lida levando em conta a escolha e a finalidade do léxico na intenção de propor a leitura de algo. A modalização pode ser definida por, Koch (2011, p. 133):

Dentro de uma teoria da linguagem que leva em conta a enunciação, consideram-se modalizadores todos os elementos linguísticos diretamente ligados ao evento de produção do

enunciado e que funcionam como indicadores das intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso.

O responsável por uma dada produção pode ou não ser consciente do que uma palavra pode desempenhar em um enunciado, assim estratégias de leitura são mais bem definidas e, posteriormente, interpretadas a partir de um critério autoral, que o leitor apenas lê, porém, já levado a se posicionar de acordo com o mesmo. Isso ocorre porque a modalização já faz o trabalho que seria do leitor: o de ler e concluir. O autor de uma produção “modaliza” a língua por meio de seus recursos para que seja alcançada a ideia que parte dele, deixando apenas ao leitor a tarefa de corresponder ao que já foi avaliado.

O sentido ao uso e ensino da Língua Portuguesa, como dito nessa seção, deve ser dado de modo consciente e eficaz, para que o sujeito saiba, nas inúmeras situações de exigência linguística, dominar e também recriar os significados com e por meio do seu próprio idioma, despertando a capacidade crítica de leitura e o uso do idioma de forma que compreenda a intencionalidade, como será abordado na próxima seção.

1.2.1 Há uma ideologia por trás da modalização

A influência de um grupo de prestígio é forte em locais que contêm uma acentuada marca de desigualdades. Falar e escrever de acordo com uma norma identificada como superior, em determinadas circunstâncias, pode estabelecer poderes e aquisições que muitos não têm. Estudar a língua portuguesa sob olhares que envolvem um todo permite uma maior exploração de sentidos que o idioma pode estabelecer nas diversas amostras que dele decorrem.

Durante o processo de colonização, na estruturação da língua portuguesa para o aprendizado dos nativos que aqui habitavam, já houve um aceno que aguçaria, pelos séculos seguintes a problemática que até hoje vigora em muitos ambientes. O Diretório dos Índios, de 1757, é um documento do período pombalino que tratou das questões políticas entre a metrópole e a colônia, inclusive sobre a língua de Portugal:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe (...) (ALMEIDA Texto digitado a partir das cópias dos originais publicadas no livro O diretório dos índios: um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII, de Rita Heloísa de Almeida. Editora UnB, 1997).

Nesse excerto é possível identificar como a língua foi um meio para finalidades políticas e de interesses de Portugal. O apagamento e o silenciamento que ocorrem são por meio da

língua, que nesse momento é imposta de maneira autoritária. Ainda há de se considerar como esta ação permite uma abertura para o espírito de repressão através do letramento.

Os interesses são múltiplos. Pensar nas motivações que são usadas por meio das palavras permite visualizar sua integração de acordo com um determinado momento histórico e com aspectos de um pensamento vigente. Para Fiorin (1995, p.31), “a ideologia dominante é a da classe dominante. No modo de produção capitalista, a ideologia dominante é a ideologia burguesa”. Deste modo é compreensível, no espaço de uma análise, dizer que a linguagem e a ideologia servem a um motivo, esse pode ser velado e promulgado mesmo sem uma consciência histórica e social. Em muitas circunstâncias, os materiais coletados, a opinião do professor, os materiais fornecidos pela instituição e a delimitação colocada no acervo linguístico promovem a facilitação dessas ideologias e do pouco acesso crítico às demais realidades de leitura disponíveis, pois:

A escola é um lugar no qual os discursos dominantes são formadores de opiniões e até de como ensinar e o quê ensinar. Quase sempre, a realidade do aluno é colocada em contraposição ao discurso que se baseia na formação educativa, no entanto, há novos pensamentos para que a aproximação dos discursos seja feita de forma mais limpa e democrática. No entanto, mesmo assim, a busca por um senso crítico não parece tarefa fácil, já que o sistema em que se ensina é, intrinsecamente, produto de uma ideologia vigente (DIAS; CORRÊA PINTO, 2011, p. 897).

Os contrastes são fortes nesse sentido porque por muitas razões a escola atende a interesses que são produtos de empenhos particulares. Portanto, a não compreensão desse contexto cria um ambiente em que a língua portuguesa será conhecida por um grupo e desconhecida por outro. A tarefa do senso crítico deve unificar, mesmo em situações diversas, a noção de língua portuguesa do Brasil.

Ascensão, prestígio, visão social e imposição de um estilo de comportamento são elementos que se constituem pela língua. Nas inúmeras concretizações linguísticas que ocorrem no meio social como a publicidade, o tipo de literatura e as manifestações midiáticas é possível verificar como é vigente a estrutura da norma padrão e suas respectivas concepções. Para Faraco (2002, p. 40-41), a contextualização da língua ajuda a compreender tais realidades:

A cultura escrita, associada ao poder social, desencadeou, ao longo da história, um processo fortemente unificador (que vai alcançar basicamente as atividades verbais escritas), que visou e visa uma relativa estabilização linguística, buscando neutralizar a variação e controlar a mudança. Ao resultado desse processo, a esta norma estabilizada, costumamos dar o nome de *norma-padrão ou língua padrão*. A questão da chamada norma-padrão é certamente das mais complexas no campo das investigações linguísticas. Quando nos embrenhamos em seus estudos, fica logo evidente que não se trata apenas de recortar um conjunto determinado de expressões da língua, como se o fenômeno sociocultural do padrão se resumisse a um problema exclusivamente de vocabulário e estruturas gramaticais (grifo do autor).

A identificação dos usos que é permitida no processo de análise da modalização é abrangente e não se limita ao registro oral ou escrito, mas em que ocasião tais registros ocorrem, por meio de quem eles ocorrem e quais as motivações que eles carregam. No campo da análise há as motivações terminológicas, mas também as ideológicas. Ideias de posição e autoridade podem ser coletadas em diversos enunciados, mesmo que de forma velada e polissêmica.

Terminação e ideologia se contrapõem porque por um lado há a estrutura linguística da língua e por outro a prática social politizada. Nesses polos ocorrem muitas divergências no sentido de análise e objetivos, mas ao cair em solo de uso e registro, a norma padrão é a que tem espaço e prestígio, e isto se dá, em muitas ocasiões, de modo naturalizado, pois é fruto de um programa de ensino em que foi instaurada como legítima e aceitável.

Todo o espaço ocupado pela língua não é homogêneo. As representações linguísticas que atuam nos muitos espaços e preenchem as inúmeras narrativas divergem-se não pela instabilidade ou incapacidade, mas pelas múltiplas realidades que exigem comportamentos distintos. A idealização da norma padrão mostra a regulamentação que norteia comportamentos desejados por um grupo. Assim, Rodrigues (2002, p. 13) afirma:

As maneiras de comportamento que compõem a cultura de uma sociedade, e que são generalizações do comportamento de todos os (ou de alguns) membros dessa sociedade, são descritas como padrões culturais. Uma distinção que aí se impõe é a que se faz entre padrões ideais e padrões reais. Os padrões ideais definem o que se espera que as pessoas façam ou digam em determinadas situações no caso de elas se conformarem inteiramente com as normas estabelecidas por sua cultura; ao passo que os padrões reais derivam de observações sobre a maneira com as pessoas realmente se comportam em dadas situações.

Diversas são as ocasiões em que a língua denuncia o real em vista do ideal, porém tais fatos não podem ser analisados sob a ótica pejorativa, acusativa e discriminatória porque nada mais é do que a presença viva e heterogênea de uma língua que se concretiza a cada instante por meio de cada membro em determinado espaço. O olhar atento deve possibilitar compreensões e senso democrático sobre a manifestação linguística, não no sentido imposto ou ideológico, mas, de forma sadia e científica, averiguar os fatos e as marcas que levam a tais comportamentos tanto na visão sincrônica ou diacrônica da língua, de modo que haja uma concretização que reduza os impactos do preconceito linguístico.

1.2.2 A língua na concepção heterogênea

As impressões linguísticas que atravessam décadas são geradas na concepção da tradição greco-clássica em que a língua é tida como homogênea. Todo o arcabouço gramatical

tem como primazia o destaque e a exaltação da norma gramatical. As atividades, as explicações e os exemplos ainda residem na concepção clássica de ensino de língua portuguesa.

Todo esse trajeto social e histórico produz a ideia da homogeneidade e da visão restrita de usos da língua. Todas as classificações e definições mapeiam-se por meio do modelo tradicional e fazem das aulas de Língua Portuguesa um local em que apenas se ouve falar de um idioma sem tocá-lo. Para Neves (2001, p.12) “A aquisição das estruturas da língua é vista como uma finalidade do ensino desligada de aplicação prática, traduzindo-se no próprio conhecimento das estruturas da língua, em si e por si...”.

A ideia de grupo dominante e preconceito linguístico é alimentada pela escola que, em muitas circunstâncias, permanece imóvel no sentido de educação linguística. Planejamento e materiais didáticos que bebem desta fonte fortalecem ainda mais a ideia de uma língua homogênea, impedindo que o falante saiba dialogar em esferas diversas daquela em que ele foi programado.

A história justifica tal fato. No contexto da vinda da família Real ao Brasil, há uma estruturação das instituições e com isto também da língua oficial. Os filhos dos portugueses foram enviados à escola para ocupar cargos públicos e atender as demandas profissionais que a situação exigiria mais tarde. O letramento atendia aos anseios lusitanos e a escola já distinguia o português do brasileiro, criando um ambiente propício para a fomentação das discordâncias de uso, deste Soares (1996, p. 68-69) salienta:

O processo de democratização do ensino, em resposta às reivindicações das camadas populares por mais amplas oportunidades educacionais, concretizou-se em crescimento quantitativo e diversificação do alunado. A escola, que até então se destinava apenas às camadas socialmente mais favorecidas, foi, dessa forma, conquistada pelas camadas populares. Ora, exatamente porque, historicamente, sua destinação eram as classes favorecidas, a escola sempre privilegiou - e, a despeito da democratização do ensino, continua a privilegiar - a cultura e a linguagem dessas classes, que [...] são diferentes da cultura e da linguagem das classes desfavorecidas. Não se tendo reformulado para seus novos objetivos e sua nova função, a *escola* é que vem gerando o conflito, a crise, que é resultado de transformações *quantitativas* - maior número de alunos - e, sobretudo, *qualitativas* - distância cultural e linguística entre os alunos que conquistaram o direito de também serem por ela servidos. A escola não se reorganizou, diante dessas transformações que nela vêm ocorrendo; nesse sentido, a ‘crise da linguagem’ é, na verdade, uma crise da instituição escolar [grifos da autora].

Todos que trabalham com língua portuguesa sabem das grandes dificuldades que ocorrem nas aulas: falta de contextualização para a escrita, dificuldades de compreensão dependendo do gênero, incompatibilidade de uso entre a casa e a escola, entre outros. Tais questões apontam para uma concepção de língua que não abrange dimensões múltiplas de uso, mas que limita o uso e o estudo às formas tradicionais.

Não se anseia aqui exaltar um comportamento linguístico e denegrir outro, pelo contrário, o que se busca refletir são as motivações que levam às práticas homogêneas e heterogêneas da língua portuguesa. Assim, define Bechara (1985, p. 14) sobre transformar o aluno num poliglota dentro de sua própria língua:

No fundo, a grande missão do professor de língua materna- no ensino de língua estrangeira o problema é outro- é transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento de criação e até e até, no texto em que isso se exigir ou for possível, entremear várias línguas funcionais para distinguir, por exemplo, a modalidade linguística do narrador ou as modalidades praticadas por seus personagens.

Uma característica importante definida pelo autor é a observação de um “momento de criação”, ou seja, a língua não é algo programado e que pode ser calculado em meio às interações, pelo contrário, é composta de imprevistos e situações que não cabem em planejamentos antecipados. A criação pode ser interpretada como inúmeras interações - criações poéticas, conversas profissionais, encontros casuais e até mesmo os diálogos que ocorrem nas diversas mídias. O falante precisa estar disposto a uma simultânea capacidade de comunicação por meio do registro ou do oral, e isto exige uma capacidade heterogênea no uso linguístico.

As postulações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) defendem:

- a) ler e escrever conforme seus propósitos e demandas sociais;
- b) expressar-se adequadamente em situações de interação oral diferentes daquelas próprias de seu universo imediato;
- c) refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade linguística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua (BRASIL, 1998b, p. 59).

Pluralidade e ações que não enfatizem o preconceito sobre a heterogeneidade linguística permeiam as diretrizes dos PCN. A escola deve explorar e permitir que a visão de língua seja ampliada e não condicionada pelo falante. As faces do idioma devem ser conhecidas por cada sujeito de modo que não se sinta estranho ao se deparar com regiões ou ocasiões em que a mesma língua é concretizada.

Ao mesmo tempo em que essas ações preenchem os programas e os materiais didáticos é preciso elaborar meios para que ocorra, de modo efetivo, interações múltiplas da língua. Neste sentido, tais atitudes promoverão uma maior exploração dos elementos comunicativos. De acordo com Fávero, Andrade e Aquino (2005, p. 71):

Para analisar adequadamente um texto (falado ou escrito), é preciso identificar os componentes que fazem parte da situação comunicativa, suas características pessoais (personalidade, interesses, crenças, modos e emoções) e de seu grupo social (classe social, grupo étnico, sexo, idade, ocupação, educação, entre outros), pois eles favorecem a interpretação dos papéis dos interlocutores (falante-ouvinte-audiência (facultativa)/ escritor-leitor) num evento particular, determinado, dados os componentes linguísticos desse texto (p. 71).

De modo geral, pode-se dizer que a didática de língua materna reside na capacitação linguística do falante nativo, ou seja, é desejável que o trabalho amadureça as competências já adquiridas pelo sujeito e ao mesmo tempo desperte a necessidade de atualizá-las frente às circunstâncias.

Como bem sabemos, o registro oral capta o cotidiano. As atividades que melhor podem contribuir para a capacitação de cada falante surgem desses registros, pois aí reside um infindável número de atividades heterogêneas da língua, assim: “...o ensino linguístico na escola deverá partir da atividade oral, pois que constitui a base para a aquisição ideal de quase todas as competências linguísticas (...)” (BECHARA, 1985, p. 46). O texto falado carrega consigo imprevistos que exigem do falante uma rápida resolução e uma potencialidade científica. Fazer da língua um instrumento de movimento em meio às atividades de socialização e verbalização deve ser o objetivo do ensino de língua materna.

A partir dessas reflexões sobre a heterogeneidade da língua é possível repensar práticas, questionar metodologias e ao mesmo tempo construir, de modo concreto, outras possibilidades para que a ideia homogênea da língua seja superada no aspecto de uso e aprendizado, pois o conhecimento, o saber e as capacidades linguísticas não habitam apenas o campo da norma. Na seção seguinte, a ideia colonial e prevalecente não será discutida apenas no sentido geográfico, mas também linguístico, de tal forma que se pense como tais desdobramentos ajudam a esclarecer as dificuldades até hoje presentes.

1.2.3 A norma lusitana e sua atualidade: Ideia da língua colonial

É comum quando um professor de Língua Portuguesa é apresentado a um novo grupo de pessoas ou quando alguém o indaga sobre determinados recursos linguísticos ter sempre a gramática como principal início da conversa. Através dos tempos foi construído este estereótipo, ou seja, que este mesmo professor se reduz a um conjunto de normas de uma determinada língua e que qualquer efeito de comunicação só será bem realizado se tais normas estiverem intactas no uso.

A norma culta, defendida pelos idealistas da língua é aquela falada pelos consagrados e por uma parcela da sociedade que teve acesso a um ensino mais específico, mais restrito e que

tem por primazia o ensino da gramática como base elementar da boa oralidade. Na apresentação da Nova gramática do português contemporâneo, Cunha e Cintra (1985, p. 14) afirmaram que “Trata-se de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá”.

Já Cegalla (1990, p. 19), que escreveu a *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa* define que “Este livro pretende ser uma Gramática Normativa da Língua Portuguesa, conforme falam e escrevem as pessoas cultas na época atual”. Tanto em Cunha e Cintra quanto em Cegalla há como contexto a norma padrão de escrita e aprendizado e que de certa forma só se pode escrever e produzir informações partindo destes pressupostos.

Uma indagação que pode ser refeita é a ideia de definição como “culto” dentro da língua portuguesa. Há muitas observações e dificuldades que este termo carrega consigo e acaba dificultando o processo do ensino de língua. Marcos Bagno acena para um posicionamento que nos permite trafegar por estas definições de modo crítico e consiste para uma contribuição ainda maior no sentido sincrônico e diacrônico da língua:

Embora algumas pessoas usem as expressões língua-padrão, dialeto-padrão e variedade-padrão, prefiro ficar com norma-padrão, porque, se é ideal, se não corresponde integralmente a nenhum conjunto concreto de manifestações linguísticas regulares e frequentes, não pode ser chamada de “língua”, “dialeto” nem de “variedade”. É uma norma, no sentido mais jurídico do termo: “lei”, “ditame”, “regra compulsória” imposta de cima para baixo, decretada por pessoas e instituições que tentam regradar, regular e regulamentar o uso da língua (BAGNO, 2001, p.79)

A definição de padrão para se referir à língua está atrelada, segundo o autor, a uma utopia, ou seja, o pensamento idealizado, homogêneo e intacto da comunicação humana. Assim, para Bagno (2001) quanto para outros autores que, defendem uma compreensão ampla dos sentidos linguísticos, a gramática e suas respectivas definições não devem ser abortadas, mas vistas dentro de uma determinada situação, que leve em consideração fatores sociais e antropológicos das pessoas que ali manifestam seus pensamentos linguísticos. Quando se define por língua algo dogmático anula-se o sujeito em consideração de uma “lei”, de um “ditame” o que leva a exclusões e situações constrangedoras.

Desde a concepção grega e todo o trajeto medieval e renascentista que o ensino de língua atravessou, sempre a gramática foi compreendida como a matéria por excelência, porém o aperfeiçoamento de uma mensagem concreta sempre foi deixada de lado. No momento em que o Brasil buscava firmar sua identidade linguística, as vozes puristas do conceito lusitano protestaram em defesa do português europeu:

Depois então que se inventou, apadrinhado com o nome insigne de Alencar e outros menores, “o dialeto brasileiro”, todas as mazelas e corrupções do idioma que nossos pais nos herdaram cabem na indulgência plenária dessa forma de relaxação e do desprezo da gramática e do

gosto. Aquela “famosa maneira de escrever”, que deleitava nossos maiores, passou a ser, para a orelha destes seus tristes descendentes, o tipo da inelegância e obscuridade (BARBOSA, 1904, *apud* PINTO, 1978, p. 385).

O fragmento acima é do escritor e jurista Rui Barbosa, que numa publicação chamada “Correção Vernácula”, defendeu o ideal linguístico de Portugal frente ao posicionamento de José de Alencar que era um dos expoentes defensores da língua portuguesa que aqui se edificava.

Interesses eurocêntricos e a não aceitação da miscigenação fizeram com que a língua fosse utilizada como defesa e preservação de uma elite, assim há um olhar discriminatório do que aqui era falado.

Práticas culturais, religiosas e mesmo comunicativas se fundiam para que os habitantes do Brasil que não eram de origem europeia pudessem manifestar suas vontades. As interfaces da língua se uniam em busca de uma mensagem, de uma história que era escrita e falada nas ruas, nas senzalas. O africano tentava, em meio a sua vida dividida por territórios, expressar o que pensava e isso era uma contribuição em meio às muitas para a língua do Brasil, assim, podemos ler no fragmento *As vítimas algozes* (1869) de Joaquim Manoel de Macedo:

Por negação, incapacidade ou enfim por amor de sua língua ou dialeto selvagem, mas pátrio, o rancoroso escravo, apesar de trazido ao Brasil há cerca de vinte anos, exprimia-se mal e deformemente em português, introduzido muitas vezes na sua agreste conversação juras e frases africanas. O leitor deve ser poupado à interpretação dessa algaravia bárbara (MACEDO, 1869 *apud* LIMA, 2005, p. 05).

De uma maneira abrangente, pode-se afirmar que no período do século XIX há uma consolidação de maneiras de pensar sobre a língua e que perduram até hoje. Os olhares conservadores podem ser compreendidos após uma análise histórica detalhada e que capte as nuances que levaram a tais comportamentos, mas também há as interferências positivas que possibilitaram a abrangência no conceito linguístico e de suas muitas formas de compreensão.

A atualidade da norma acontece em um modelo de custo e oferta. A mercantilização e o consumo da língua atendem aos anseios de classes e diversos interesses. É notável que a norma padrão e a norma culta sejam prestigiadas e tidas como fator de aceitação ou não quando são colocadas em avaliação. O exemplo está em que muitas escolas, institutos e locais de acesso à cultura que excitam o ideal da língua padrão e excluem todas as outras formas de variantes.

A língua reflete a sociedade da época. Ao visitar a história, percorre-se as condições que foram elencadas em que a língua portuguesa deveria se adequar: a classe dominante falava o português europeu e a escola a elegeu como “padrão”. As dificuldades, no entanto, não foram definidas e se arrastaram pelos séculos seguintes até os dias atuais.

Hoje há um espaço de pesquisa e debate sobre o fato das dificuldades de ensino do idioma, mas as sombras do puritanismo ainda colocam os falantes sob sua presença. Um fato interessante foi a matéria da revista *Veja*, *Falar e escrever, eis a questão*, assinada por João Gabriel de Lima, em que a ideia de língua no sentido popular, usual, variante foi colocada como pejorativa em comparação à norma padrão: “Trata-se de um raciocínio torto, baseado num esquerdismo de meia-pataca, que idealiza tudo o que é popular - inclusive a ignorância, como se ela fosse atributo, e não problema, do ‘povo’” (07 de novembro de 2001)².

O estigma que decorre da idealização da língua fere não só as pessoas que buscam uma ciência mais democrática como também a inibição do processo dinâmico que acontece naturalmente com a língua. Na atualidade o padrão estandardizado promove pessoas e nomes, de modo que a norma padrão seja requisito único e básico para a formação escolar, universitária e profissional.

A escola está inserida na sociedade e como parte atuante dela reflete as ações contemporâneas ou históricas que a formam. Na comunicação veiculada pela mídia e consumida pela sociedade há a dificuldade entre o público que frequenta a escola e ao mesmo tempo convive com as diferenças desta mesma realidade. O ponto que norteia os estudos atuais deve ser a comunicação integrada a um todo, mas isso sempre esbarra nas realidades que não se comungam - a realidade de língua apresentada da sala de aula diverge do que se fala na rua - e isto gera dificuldades de interação nas mais diversas esferas de comunicação, consumo e identidade.

Diversidade e capacidades múltiplas deveriam andar juntas ao ensino de gramática para que essa incoerência pedagógica fosse minimizada, assim propõe Perini (2010, p. 18):

A gramática é uma disciplina científica, tal como a astronomia, a química, a história, a geografia; ela deve ser estudada porque é a parte da formação científica dos alunos - formação essa que se torna cada vez mais indispensável ao cidadão do século XXI. Esperar do estudo da gramática que leve alguém a ler ou a escrever melhor é como esperar do estudo da fisiologia que melhore a digestão das pessoas. E, como evidência bastante clara do que estou dizendo, todos conhecemos pessoas que escrevem, leem ou falam em público muito bem, e que se confessam seriamente ignorantes de gramática.

A posição do autor é a de uma criação harmônica entre o dizer e o que se deve fazer, ou seja, o encontro entre a ciência e a prática deve ser respaldado pela teoria, mas de modo que esta não anule o movimento inato da língua na atividade humana. Aprender gramática é diferente do que usar da gramática para um fim comunicativo.

² disponível em: <https://armazemdetexto.blogspot.com/2019/01/carta-contradoutrina-gramatical.html>. Acesso em 23/02/22

Usa-se algo quando em determinado momento é necessário, assim sendo, as normas prescritivas da gramática jamais deixarão de estar nas atividades humanas, mas serão ainda mais produtivas e urgentes quando a gramática possibilitar a formação “plurilíngue” do idioma em cada falante, pois para Travaglia (2000, p. 3):

“Aprender a língua, seja de forma natural no convívio social, seja de forma sistemática em uma sala de aula, implica sempre reflexão sobre a linguagem, formulação de hipóteses e verificação do acerto ou não dessas hipóteses sobre a constituição e funcionamento da língua”.

A distância que a escola tenta (ou poderia tentar) diminuir é entre a prescrição e o usual. Percebe-se que nas atividades pedagógicas há um aprendizado gramatical que não alcança as necessidades atuais; há um processo que exige do aluno uma contextualização e uma comunicação mais eficientes do que as regras canônicas. Neste sentido, cabe à escola criar uma relação amistosa entre o dito ensino padrão em conformidade com as variantes que surgem e muitas das quais já estão incorporadas ao dito “padrão” da língua portuguesa no Brasil.

Tratar das variedades do idioma em um território como o Brasil exige conceitos amplos, visão pedagógica e conhecimentos sociais, pois a língua é fonte de estrutura de uma sociedade. Sabe-se que há um número considerável de variedades linguísticas, mas que também essas mesmas variedades são acompanhadas por medida de valores - a língua pode até ter diversas formas de uso, mas dentro delas também há a de uso primordial - isto interfere de modo genuíno nas práticas de ensino de nossas escolas.

No contexto da sala de aula há um acervo diverso das variedades linguísticas, e quando o aluno consegue associar tais elementos em busca de uma formação concisa e objetiva a língua fará muito mais sentido do que a concepção separatista que muito se defende na educação. Para Travaglia (2000, p. 41), “Não cabe o argumento de trabalhar apenas com a norma culta porque o aluno já domina as demais: isso não é verdade, uma vez que o aluno quando chega à escola (...) sempre tem muito que aprender de diversas variedades...”. O prestígio que se construiu sobre a norma culta perdura e leva a uma estagnação do aprendizado de língua portuguesa impedindo que o aluno encontre nas manifestações linguísticas as diversidades do agir humano.

As diferenças que formulam as variedades são fonéticas e léxicas, na parte sintática não são grandes quando existem. A mistura que há entre dialetos não pode ser definida de modo calculista, que se designe em que local acaba o dialeto mineiro e começa o carioca, porque os limites linguísticos não seguem, necessariamente, os limites políticos de uma federação.

De modo geral pode-se definir dois tipos de variedades linguísticas: o dialeto e o registro. Aquele ocorre no modo como os falantes utilizam-se da língua, esse é identificado pelo contexto de produção: receptor, situação, mensagem. No sentido de estudo dos dialetos,

a questão territorial e geográfica representa as nuances de uma mesma língua em diversos locais e levam em conta:

- fatos que ocorreram no processo de formação de cada região;
- pertencimento a uma comunidade que contém elementos políticos, culturais e sociais, de modo que facilite uma identificação deste grupo através da língua.

Essa construção usual que cada falante de uma determinada região utiliza permite uma identidade pessoal e da comunidade em que está inserido, tais características dessa variação concentram-se na pronúncia dos sons, no uso próprio das palavras e também no modo como constroem as estruturas sintáticas.

Outro fato reside na divisão do urbano e do rural, pois nesse aspecto é importante notar a dimensão sob características sociais e históricas também. A linguagem urbana tem um acesso mais diversificado e, talvez, facilitado no sentido de formas de expressões, devido aos muitos meios de comunicação, publicidade e o próprio meio econômico que favorece um contato maior e abrangente das pessoas que ali residem, já no meio rural esse contexto é menor, pois as pessoas destas áreas vivem e trabalham apenas naquela realidade o que pode não permitir uma interação com diferentes maneiras de comunicação:

No Brasil dizemos que “*menina está brincando*”, enquanto em Portugal se diz que “*a m'nina está a brincar*”. Há diferenças na fonologia (que se relaciona com a pronúncia), em “*menina*” e “*m'nina*”, e na morfossintaxe (que diz respeito à maneira de estruturar as frases), em “*está brincando*” e “*está a brincar*”. Aqui usamos cotidianamente termos como *povo*, *greve*, *banco*, enquanto, em algumas regiões de Portugal, os falantes usam, para designar essas mesmas coisas, as palavras *plebe*, *paredão* e *armazém de finanças* - essas são diferenças quanto ao vocabulário (MARINHO; COSTA VAL, 2006, p. 26).

As diferenças, nesse sentido, devem servir ao ensino como uma forma de olhar para a língua em suas variedades e permitir que o ensino e a reflexão sobre a diversidade na língua nacional sejam formas de excluir os preconceitos e redescobrir as muitas formas de comunicar.

Na questão social, as classes são fontes de investigação porque têm um mesmo interesse. Por exemplo, na classe dos juristas, professores, médicos ou agricultores há expressões e gírias que demonstram como tais grupos interagem e criam suas identidades através da língua, deste modo Travaglia (2000, p. 45) diz que: “Os dialetos sociais exercem na sociedade um papel de identificação grupal, isto é, o grupo ganha identidade pela linguagem. Isso com frequência tem implicações políticas (...) e integração das pessoas...”. Assim, é possível compreender que as afinidades, os interesses e as causas que mobilizam tais grupos podem criar e estabelecer normas dentro do processo de comunicação.

Parte-se do pressuposto que certas expressões são usadas em determinados meios como identidade de um grupo, a gíria também está neste contexto, segundo Marinho e Costa Val

(2006): “A gíria assim como os jargões profissionais podem constituir variedades quase impenetráveis para os falantes externos aos grupos...”(p.29), ou seja, um grupo de jovens com um determinado vocabulário de gírias terá mais facilidade de comunicação entre falantes da mesma faixa etária e uma certa estranheza para pessoas que não pertencem ao mesmo.

Também deve-se considerar que os dialetos são construídos de acordo com a idade dos falantes. Muitas construções sintáticas e alterações vocabulares ocorrem por causa das gerações. O uso linguístico dos jovens pode parecer como uma “reforma imposta”, mas na verdade é preciso compreender antes que este grupo necessita falar de um lugar e expressar-se com autonomia como meio de garantir a eficácia do que dizem, por exemplo no trecho abaixo:

*“Oi gente desculpa mais uma vez por ter fikdo mais de 2 semanas sem postar nada. É que eu estava em semana de provas somativas da 1ª etapa...
Acho que pela 1ª vez vou perder média, to na maior deprê. A minha mãe disse que é por causa das gandaias, mais fazer o quê, eu sou jovem e tenho que curtir a vida. Mas tenho que concordar com ela, vou ficar mais quieto esse ano...
Acho que ã tenho mais nada novo pra contar...
Vou mandar um beijão pra minha miguxa Évila...
Évila te adoro!!!!
Até mais”³*

É possível notar que nesse texto, típico de um blog, normalmente administrado por adolescentes, a forma de escrita e interação é semelhante à oralidade, ou seja, quebra-se uma ritualidade formal da escrita (vista pelo jovem como marca de seriedade) para que tanto quem escreve quanto quem lê sintam-se mais interagido com o contexto. As marcas da gíria como “deprê” e “miguxa” revelam que mesmo em textos produzidos na informalidade há conteúdos sérios ou que revelam a preocupação de quem os escreve.

A questão do sexo também contribui para a formação dos dialetos. As construções linguísticas evidenciam isso, pois para um homem não seria o ideal dizer “Permaneço inquieta até resolver este assunto” ou “Sou charmosa e atenta aos detalhes.

Diferenças entre o vocabulário e a entonação também são incluídas nessa variação. Culturalmente falando, o homem é mais propenso a falar certos termos que não são agradáveis para expressar sentimentos de raiva ou momentos de ira, coisa que para a mulher já pode ser visto como mudança na entonação da voz. Contudo, tais diferenças têm-se perdido por questões sociais. Hoje, tanto a mulher quanto o homem ocupam as mesmas funções e dialogam no mesmo nível, sem contar a diversidade sexual que também altera o que é falado pelo sexo masculino ou feminino, de acordo com a orientação.

³ (Disponível em: <http://www.blogs.com.br/frame/go.php?url=http://blogs.com.br/diretorio/>. Acesso em 13 fev. 2021).

O último fator que envolve os dialetos é a escolaridade. As pessoas que tiveram uma maior possibilidade de leitura, escrita e contato com a norma padrão, demonstrarão maior habilidade em fazer uso da mesma nas atividades cotidianas.

Alguns usos típicos da norma padrão, como o pronome relativo cujo, ou os pronomes oblíquos, ou as nominalizações (substituição de enunciados com verbos ou de outras expressões por substantivos abstratos), por exemplo, evidenciam a escolha do falante por construções com que busca uma adequação à linguagem escrita e, conseqüentemente, à norma padrão (MARINHO; COSTA VAL, 2006, p. 35).

Há de se levar em conta que essa maneira de usar a língua garante um terreno seguro para a discriminação diante da comunicação das pessoas com baixa escolaridade. Normalmente isto pode ser notado, por exemplo, quando um morador da zona rural (quando não teve acesso à educação) necessita conviver por motivos econômicos e sociais, em dadas circunstâncias, com o contexto da zona urbana. A forma e o valor que são dados a tais situações comprovam como o teor linguístico das pessoas influencia em seu modo de vida e atuação.

O que se deve ter sempre atualizado é a definição de língua viva. As ideias que constituem momentos da história e do uso da língua servem de base para que existam ações críticas e atuais acerca do que é falado e do que é ensinado e suas respectivas necessidades, por exemplo, como a necessidade de compreender as variações que também ocorrem no registro da língua.

1.2.3.1 A variação de registro

As adaptações em decorrência da comunicação chamam-se registro, ou seja, ocorrem para atender a uma necessidade do contexto de fala. De acordo com as motivações e do ambiente em que se faz uso da língua, o falante pode usá-la de modo formal ou informal.

Ao se utilizar do registro formal, o sujeito se utilizará de um vocabulário mais restrito, com um acervo mais complexo e que acate às necessidades da ocasião. Apresentações de trabalhos, rituais religiosos, aulas etc. de modo que se mostre, por meio da linguagem, o respeito e a credibilidade.

O uso informal deve atender aos imperativos da comunicação espontânea, rápida e coloquial. Nesse contexto não é preciso o lado intelectual, mas as construções objetivas e simples. Um exemplo é o diálogo entre colegas ao fim do trabalho ou dos vendedores ambulantes ao abordarem seus fregueses.

Os registros formais ou informais podem também mesclar-se no decorrer dos atos de comunicação. Em uma aula, que exige um formalismo pode, após uma brincadeira, tornar-se informal pela descontração e aproximação que ocorreu entre professor e alunos.

Assim, a pesquisa será norteada pela maneira como a compreensão ampla do ensino de Língua Portuguesa, ancorada nas abordagens da ACD de Norman Fairclough, facilita uma leitura mais crítica e atuante no mundo atual.

Com base no que foi exposto, verificou-se que os recursos gramaticais da língua não podem ser deixados em segundo plano, mas integrados ao ensino, de modo amplo e crítico, a permitir que o sujeito seja capaz de reconhecer como acontece a construção da escrita e da leitura sob a ótica do produtor e do leitor.

As informações que até aqui foram trazidas servem para orientar, recuperar e colocar o leitor a parte do tema de modo didático e justificado pela teoria gramatical, histórica e usual da Língua Portuguesa. Os sentidos maiores que essa dissertação propõe estão fundamentados, antes de tudo, nas concepções que são essenciais à língua materna, mas que necessitam também de releituras, refutações, ponderações e rumações, sobretudo no campo de ensino, para que a língua não seja motivo de separação, mas de unificação no ensino e no uso.

Assim, delimitou-se nesta pesquisa elementos da ACD para a análise do corpus as três tendências propostas por Norman Fairclough: a democratização, a tecnologização e a comodificação da língua. Tais teorias possibilitam ressignificar as informações trazidas anteriormente, não como negação, mas com criticidade para um melhor uso e aperfeiçoamento de eficiência e formação. Enfatizar-se-á através desses elementos a função gramatical dentro do processo de produção de textos informativos.

No capítulo seguinte será colocado itens essenciais para que se possa usufruir, de forma objetiva e didática, das três tendências de análise por meio de partes históricas, autores e pensamentos.

2 A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E SUAS IMPLICAÇÕES

Neste capítulo serão abordados os conceitos basilares da ACD que visam a mudança social. Para isto também serão necessárias breves explanações sobre os conceitos de ideologia, poder e discurso. As três tendências propostas por Norman Fairclough: democratização, comodificação e tecnologização do discurso serão os suportes em que este trabalho se edificará como meio de compreensão e análise de textos produzidos pelos alunos do 8º ano do Ensino Fundamental.

2.1 A Análise Crítica do Discurso e sua origem

A proposta da ACD nasce da Linguística Crítica (LC), criada por Michael Halliday em 1970, na Grã-Bretanha, e que visava compreender a linguagem como uma prática social. Para esse autor, a realidade em que ocorria o uso da linguagem não podia ser entendida como objeto distante da mesma, mas como parte desse processo.

Não é enfático afirmar que a LC é um passo inicial no sentido de posterior formação do campo de atuação do que hoje temos como ACD (Análise Crítica do Discurso), afinal a intenção primeira foi de unificar tanto o uso da linguagem como a prática social em que a mesma acontecia. A LC explorava os processos em que ocorria uma ligação entre a sociedade e a linguagem, diferente do que antes era proposto: uma análise apenas sobre os aspectos formais da língua.

A ACD surge de um anseio: suprir o silêncio das motivações que levam às diferenças no uso da linguagem e achar lugares para transformações, ou seja, entre os falantes e a sociedade em que falam há a regra que define o que, como e quando os dizeres ocorrerão, uma vez cientes disso haverá espaço para uma mudança social.

Em janeiro de 1991 ocorreu um Simpósio em Amsterdã e estavam presentes estudiosos renomados da área, que tinham o mesmo anseio de captar as nuances da língua na sociedade: Teun Van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Theo Van Leeuwen e Ruth Wodak. Esses autores procuraram criar um meio em que a Teoria Linguística fosse inserida na Ciência Social para que se pudesse aproveitar tanto a produção dos textos em si, mas também identificar o que motivava tais produções.

A concepção de discurso para esses estudiosos passou a ser vista a partir de uma base denominada por Norman Fairclough como tridimensional (a produção textual, a prática

discursiva e uma prática social), o que permite ler um texto como resultado de uma prática que envolve a produção e o modo como ela foi pensada.

A partir de 1970, os estudiosos do grupo de ACD reconheceram como os domínios sociais se dão por meio da linguagem e como as estruturas sociais determinam o discurso e como esse determina o meio social.

A orientação social da ACD tem como fundamento os conceitos foucaultianos - “enunciado” e “ordem discursiva”, pois a produção de um determinado enunciado parte de ordens estabelecidas.

A partir desses pressupostos de Foucault, a ACD propõe uma análise em que seja possível captar o engendro do domínio que naturaliza conceitos e constrói o senso comum por meio do poder:

não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras, mas ter bem presente que o poder - desde que não seja considerado de muito longe - não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos (FOUCAULT, 1999, p. 183).

Compreender os sujeitos no germe dos discursos permite enxergar que um mesmo local de criação (o sujeito) se desloca de ouvinte para produtor, de produtor para consumidor. Nesse intervalo - o que também pode ser entendido como “silêncios” - entre as tomadas de fala ocorre a instauração do discurso que manda e também assujeita, ou seja, quando a Análise do Discurso diz que há silêncio é no sentido do não-dito, que contém um emaranhado de significados que deixaram de se existir ou ganhar voz no discurso. No contexto da produção discursiva, o silêncio age de forma a impedir a ação direta do sujeito, que o leva ao assujeitamento, à censura, como afirma Orlandi (2013, p. 13): “pensada através da noção de silêncio (...), a própria noção de censura se alarga para compreender qualquer processo de silenciamento de limite o sujeito no percurso de sentidos”.

A partir do século XX a linguagem é vista como fator importante para os estudos sociais. Há um espaço em que o estudo linguístico pode ser inserido com grande importância. A visão anterior propunha que as ideias é que direcionavam nossas ações, porém isso deixava uma análise vaga porque a matéria que dava forma e ação às ideias era a palavra. Assim, ao notar que a linguagem reflete no mundo o que os sujeitos pensam é que surge o estudo do discurso, fruto dessa compreensão entre ideia e palavra.

Como estudado nessa parte da revisão bibliográfica, os pressupostos que envolvem a ACD estão em sintonia com as ciências sociais como um todo, pois é inconcebível que se tenha uma consciência clara do que é discurso sem antes contar com os âmbitos sociais, pois são neles

que os sujeitos agem e produzem seus discursos. Na seção seguinte, será possível compreender as dimensões abordadas por Pêcheux que depois serão revistas por Fairclough, propondo uma forma de entender o sujeito enquanto agente e não apenas interpelado pelo discurso.

2.2 Discurso para Pêcheux e Fairclough

O discurso não é a parte estrutural ou a parte significativa de modo isolado, mas a junção desses, ou seja, não se pode interpretar um discurso sem antes olhá-lo como as palavras foram elencadas e qual a semântica que as incorpora. Tanto a estrutura quanto o caráter do texto são elementos básicos para a edificação do discurso. As ferramentas selecionadas como vocabulário, gramática e gênero (estrutura) são os suportes que constroem o sentido do que se deseja informar ou infundir (caráter) por meio do ato discursivo. Para Misoczky (2005, p. 129) o discurso deve ser visto “como um meio para a construção social dos significados, o discurso nunca é somente linguístico. Ele opera em conjunto com elementos vocais e visuais, no contexto de espaços arquitetônicos plenos de significados”.

A palavra discurso tem múltiplos conceitos, de acordo com a abordagem a que o autor se direciona, mas para este trabalho o discurso deve ser percebido como algo que não se limita ao campo estrutural, mas que toda e qualquer produção parte de um sujeito, dentro de um espaço e é feito com um determinado fim, essa é a concepção de Norman Fairclough na ACD que norteará este trabalho.

A Análise do discurso de linha francesa, instaurada por Michel Pêcheux em torno dos anos de 60, na França, nasce a partir dos interesses nas condições de produção, determinada pelas formações discursiva, que na visão de Michel Pêcheux apresenta o discurso como objeto teórico, linguístico e também ideológico.

Para esse teórico, o discurso deve ser articulado sob três aspectos: psicanálise, linguística e marxismo. Desse modo a AD investiga o lugar em que o sujeito profere o discurso e as formações discursivas que colaboram, nesse lugar, para a concretização desse discurso, pois através da formação discursiva é possível identificar a ideologia dominante.

A concepção de sujeito na visão pecheutiana não é de um ser autônomo, mas partido, que pode ser melhor compreendido dentro das concepções do materialismo histórico de Marx e da Psicanálise de Sigmund Freud, pois ele está sujeito à língua. Assim, conclui-se que o sujeito precisa, necessita da língua para ser autor do que produz, de modo que para a AD de linha francesa o sujeito é determinado.

Os diversos olhares sobre as coisas que compõem o mundo podem perder sua particularidade quando processados pelos discursos vigentes - a narrativa de um crime, a citação feita em uma palestra, as palavras usadas para uma homilia e a escolha de um determinado filme para um determinado grupo acadêmico - são locais em que há fertilidade para compreender como e por que os discursos tomam tais formas e agem de diversas maneiras na vida dos sujeitos:

Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação (FAIRCLOUGH, 2008, p. 90-91).

A sociedade é entendida por meio dos discursos porque eles promovem as representações e as ações de cada indivíduo, é isso o que torna o olhar para o discurso algo instigante. Não é uma intuição ou uma tentativa de contradizer algo, mas refutar aquilo que está aparente, pois a finalidade principal dessa maneira de compreender a linguagem é tirar suas roupagens colocadas sob pretextos “aceitáveis” e desvelar aquilo que é dito por meio de outros dizeres. Assim, é possível compreender como são colocadas as concepções de mundo na narrativa de cada sujeito para manter a força e a autonomia de um sentido que busca incorporar um todo para um determinado fim.

A definição breve que esse capítulo resgatou sobre a ACD e o objeto de estudo na compreensão de Michel Pêcheux e Norman Fairclough serviu para que o processo de análise crítica fosse bem entendido e contextualizado. Continuamente será notado o panorama de ideologia e de poder como princípios norteadores da constituição das teorias de análise de discurso.

2.3 A ideologia e o poder

Para uma leitura atenta, investigativa e posterior objeto de análise na perspectiva da ACD, a delimitação de ideologia e poder na formação do discurso carece de atenção exclusiva.

O campo de atuação da ideologia é o mesmo em que o poder se encontra, contudo o trabalho de complementação entre esses é o cerne do que a ACD se propõe a decifrar, pois:

Entendo que as ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

A perspectiva da ACD é que o leitor deve se colocar no lugar de consumidor e com isso captar quais são os estilos de consumo que lhe são sugeridos, como chegam até ele os discursos produzidos e quais as formas são selecionadas para a apresentação perante a sociedade.

A percepção que o sujeito deve qualificar para a apreensão da ideologia nas formações discursivas é o suporte para a transformação. Sem o reconhecimento do engendro linguístico que ocorre nessas formações a absorção será a apresentada pelo poder e pela ideologia.

Este capítulo trará uma compreensão mais alinhada ao pensamento da ACD para a proposta analítica do discurso. É importante ressaltar que na visão da ACD a ideologia e o poder ganham novas dimensões frente ao que é conceituado na AD porque não são fins, pontos imutáveis como é proposto por essa, mas meios de se chegar a uma mudança social por meio da análise de compreensão ampla, levando em conta a atuação do sujeito.

2.3.1 Eixos do discurso: ideologia e o poder

A palavra ideologia na linguagem deve ser lida de maneira contextualizada e direcionada. Há muitos autores, nesse contexto, que definem a ideologia de acordo com a finalidade linguística.

Há formas de se falar em que as ideias estão objetivas e claras, o que permite uma rápida interpretação do que é dito; há falas em que as ideias exigem uma análise mais direcionada, pois utilizam-se de um léxico mais apurado e outros mecanismos para encobrir as intenções maiores. Muitas vezes, nenhum desses comportamentos podem ser tão presentes, mas o simples ato de falar para alguém já carrega em si o lugar de atenção e de credibilidade, pois contém o saber e a vez de dizer. Nessa visão, a produção e o consumo dos discursos moldam a palavra que será dita pelo outro, gerando uma cadeia, uma reprodução constante de ideias de poder porque:

O discurso transmitido contém em si, como parte da visão de mundo que veicula, um sistema de valores, isto é, estereótipos dos comportamentos humanos que são valorizados positivamente ou negativamente. Ele veicula tabus comportamentais. A sociedade transmite aos indivíduos - com a linguagem e graças a ela - certos estereótipos, que determinam certos comportamentos. Esses estereótipos estranham-se de tal modo na consciência que acabam por ser considerados naturais. Figuras como “negro”, “comunista”, “Putá” têm um conteúdo cheio de preconceitos, aversões e hostilidades, ao passo que outras como “branco”, “esposa” estão impregnadas de sentidos positivos. Não devemos esquecer que os estereótipos só estão na linguagem porque representam a condensação de uma prática social (FIORIN, 2006, p. 55).

É comum notar as visões de mundo em determinados grupos da sociedade - e isso é positivo porque permite as múltiplas expressões da realidade - contudo criar uma leitura crítica

junto à realidade é também favorecer a permanência não só de determinadas ideias, mas de outras maneira de dizer as coisas que não estejam no momento pré-concebidas.

O marco histórico e social de um dado momento permite que termos como “militante” ganhe significados diversos de acordo com o interesse de quem o usa. Se usado por um grupo de trabalhadores terá sentido de militância que luta por um todo; se usado por um grupo de empresários terá o sinônimo de alguém que causa desordem. Para ambos os casos há discursos que ratificam “militante” ser usado como justificativa de algo. Tal exemplo serve como parâmetro simples de como acontecem as intencionalidades discursivas.

A releitura de Marx feita por Louis Althusser (1969-1985) destaca que o processo ideológico é concebido no imaginário para que se estabeleça a relação das pessoas com as condições de existência. Para o autor “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” e “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” (2009, p. 93). Também é importante lembrar que a ideologia não é um processo externo que distorce a realidade, mas é inerente ao sujeito. Na concepção do autor, a ideologia produz a interpelação, ou seja, ela é capaz de o representar sem que esse tenha consciência.

Para Michel Pêcheux (1995-1997) ao constituir sua teoria materialista do discurso retomou os conceitos de Louis Althusser. Juntamente com Catherine Fuchs, Pêcheux sistematizou a Análise do Discurso (AD), de linha francesa, que era sustentada pela ideologia, pelo discurso e pela língua, todas ligadas ao sujeito na perspectiva da Psicanálise.

Michel Pêcheux e Catherine Fuchs visam uma reformulação do conceito de discurso de Michel Foucault a partir da teoria materialista que propuseram, baseando-se em três categorias: o materialismo histórico, que estuda o social; a linguística, que visa o estudo dos enunciados e a teoria do discurso que relaciona a semântica com o histórico.

Para os autores, a ideologia não é base da economia, mas sim como algo material que domina a economia. É a concepção de discurso subjetivo que rege as reproduções, pois:

Quando Althusser tratou das materialidades das ideologias e comentou que apresentavam diferentes modalidades, dentre elas ‘um discurso verbal interno (a consciência) ou ‘um discurso verbal externo’, o autor prenunciou que o discurso era uma das formas de realização do ideológico (p. 92). Essa tese foi reconsiderada no âmbito da AD quando relacionada às noções de formação ideológica e formação discursiva (SILVA, 2009, p.163 2009).

O que se deve ter claro na relação entre Pêcheux e Althusser é que a ideologia e o discurso atuam de modo diverso, se interligam, mas não se misturam. Para Pêcheux há as formações ideológicas (FIs), que são formas de representar a realidade em posições de classe. Nessas FIs há as formações discursivas (FDs) que delimitam o que pode ser dito ou não. Desse

modo, Pêcheux reafirma os conceitos de Althusser destacando que a ideologia nunca se realiza por si mesma, mas através de um emaranhado denominado formações ideológicas.

A orientação do dizer, está em Fairclough (2001, p. 106) na indicação da importância de “as maneiras e as ordens em que os elementos ou episódios são combinados para construir uma reportagem policial no jornal, ou uma entrevista de emprego”. Afirmção que permite uma associação à noção de gêneros discursivos de Bakhtin (1992), considerados canais para que a língua se realize, mesmo que os falantes não tenham isso claro em suas ações. O conjunto de gêneros é diverso - orais, escritos, saudações, conversas, entrevistas, programas, panfletos, entre outros - as formas de discurso somadas à gramática e ao léxico constituem o discurso. Para cada gênero haverá uma situação, uma ordem, uma regra. O sujeito, o local e a finalidade do discurso deverão se adequar ao gênero disponível para determinada realidade.

Quanto à função do poder nos discursos, Fairclough acredita que todo discurso é amparado tanto pela ideologia quanto pelo poder. As escolhas de como os discursos são reproduzidos mantêm um determinado poder porque conseguem, por meio da ideologia vigente, propor e incentivar práticas na sociedade. O despertar que a ACD procura acionar durante a leitura é a partir dessa ideia de que todo o discurso está ligado a uma ideologia e a um poder.

Como revisado, o poder constitui uma marca forte no discurso. Ao compreender os domínios de uma época, em dadas circunstâncias, é possível identificar o tipo de poder e quais seus anseios diante dos sujeitos. Também deve-se levar em conta que as ideologias e o poder se entrelaçam com uma finalidade discursiva. A dimensão do discurso no contexto da ACD será abordada na próxima seção, de modo que se compreenda como tais procedimentos favorecem e confirmam as diversas produções discursivas.

2.3.2 A dimensão do discurso na ACD

Por último a concepção básica de discurso. Para compreendê-lo é necessária a identificação ideológica e também as relações de poder que estão em jogo. A leitura supérflua não permite nenhuma dessas vias, apenas uma rápida identificação de enunciados, o que é desejado por esses dois pontos anteriores, pois é assim que ocorrerá a democratização, a comodificação e a tecnologização propostas por Norman Fairclough e que será desdobrado mais à frente.

A noção de discurso começa a se solidificar a partir de 1970, pois há o interesse em deixar de ler apenas a frase isoladamente para compreendê-la dentro de um texto, assim as

Ciências Sociais e as Ciências Humanas identificam a linguagem como elemento importante para a compreensão do sujeito.

As palavras corriqueiramente usadas como “amor”, “vida” e “alimento” em um dado texto têm uma função, já em outro texto podem promover outras concepções, desse modo instaura-se o processo de discursividade.

O nível da discursividade dos textos está muito perto da realização do texto porque o sujeito que elabora o enunciado realça a produção textual com as concepções definidas a partir do seu ponto de vista. Por isso é compreensível entender que o discurso é o lugar em que o sujeito se expõe de modo que também o contexto sócio-histórico apareça, assim:

O discurso deve ser visto como objeto linguístico e como objeto histórico. Nem se pode descartar a pesquisa sobre os mecanismos responsáveis pela produção do sentido e pela estruturação do discurso nem sobre os elementos pulsionais e sociais que o atravessam. Esses dois pontos de vista não são excludentes nem metodologicamente heterogêneos. A pesquisa hoje precisa aprofundar o conhecimento dos mecanismos sintáticos e semânticos geradores de sentido; de outro lado, necessita compreender o discurso como objeto cultural, produzido a partir de certas condicionantes históricas, em relação dialógica com outros textos (FIORIN, 1990, p. 177)

Os elementos que modelam o texto (sintáticos e semânticos) não podem ser olhados pelo leitor de maneira ingênua. A leitura crítica é a que faz uma “perícia” nesses elementos para revelar seu sentido mais exato.

Na Análise do Discurso o sujeito é determinado. O sujeito justificado por essa linha de pensamento é desagregado de modo que tanto o materialismo histórico de Marx quanto a Psicanálise de Freud justifiquem essa afirmativa.

No materialismo histórico há a definição das coisas que acontecem por meio da relação conjunta, que é envolta pela história, sobretudo pela luta de classes o que leva o sujeito a estar determinado por um campo amplo de significados que o permitem se enxergar como tal, conforme Walsh (2011, p. 10), “o sujeito é, portanto, efeito, desdobramento das contradições de classe. Ele é ideologicamente interpelado”.

Na concepção de Freud, o sujeito passa por um processo de desintegração e isso o leva a constituir-se de modo descontínuo, favorecendo ações feitas sem se lembrar de um histórico que influencia tais ações Walsh (2011, p.11) “Além de ser interpelado ideologicamente, ele não é autônomo porque é também constituído por rupturas, equívocos”.

Na perspectiva da AD os discursos não podem ser lidos como portadores de um único sentido, mas de muitos porque o sujeito está dentro desta pluralidade que o constitui:

O discurso é “efeito de sentidos”, porque não há um único sentido, mas um jogo simbólico em que o sujeito está desde sempre inserido, ocupando posições discursivas. Essas posições discursivas são históricas, dependem, portanto, de um estado de coisas social e ideologicamente definido. Adiciona-se a isto o fato de que esse discurso também é constituído pela ruptura, pela falha (presença do inconsciente), discurso é também constituído pela ruptura, pela falha (presença do inconsciente), conseqüentemente, em vez de transparência, tem-se a opacidade (WALSH, 2011, p. 11).

Os lugares são representados pelo sujeito. Cada sujeito profere palavras respaldado por um lugar (instituição) e o texto (oral ou escrito) é modelado por ele de acordo com as condições da representação maior (a instituição). A força modificadora que cada discurso é capaz constitui os poderes, as crenças, as visões delimitadas do mundo, as formas de se entender a História da América e também a própria visão que o sujeito pode vir a ter de si. As “verdades” possíveis são as autorizadas por algum elemento de poder e ideologia e existe na sociedade.

Na formação do discurso há formas de se levar o leitor a entender um fato partindo de um ponto de vista do autor, assim, molda-se uma “verdade” de maneira persuasiva, capciosa, sem deixar marcas de dúvida. No texto jornalístico há a intenção de mostrar sempre a “imparcialidade” junto ao uso de imagens como mecanismos que evitam uma possível réplica de quem lê ou assiste, pois:

O enunciador quer fazer o enunciatário crer na verdade do discurso. Por isso, ele tem um fazer persuasivo e o enunciatário tem um fazer interpretativo. Há um contrato de veridicção entre enunciador e enunciatário. Por isso, o enunciador constrói no discurso todo um dispositivo verídico, espalha marcas que devem ser encontradas e interpretadas pelo enunciatário. Nessas marcas estão embutidas as imagens de ambos (os seus sistemas de crenças, as imagens recíprocas etc.) (GREGOLIN, 1995 p. 19).

Os mecanismos de construção da linguagem permitem essa dinâmica nas produções discursivas, nuances que levam ao leitor um dado ou fato interpretado e produzido de acordo com o filtro proposto antes. A interpretação ocorre numa dada sintonia com o desejo do enunciador (produtor) e o enunciatário (aquele que lê e interpreta). As “marcas” espalhadas durante a produção do texto reafirmam ainda mais o anseio do enunciador, o que por vez não deixa espaço para outras interpretações, pois todo o conteúdo selecionado e construído está em conformidade com aquilo que se deseja.

O desafio que a ACD propõe se encontra entre o enunciador e o enunciatário. O que não é dito entre aquele e esse tem grande valor porque carrega a primeira manifestação do que de fato é. Isso é o dado em sua parte mais genuína, é o fato em sua correspondência mais próxima, sem interferências, indagações fechadas e interpretações reduzidas.

O que se pôde compreender nessa parte é a maneira como se deve assimilar as ações dos sujeitos de acordo com as determinações de uma circunstância, por exemplo, os lugares ocupados enquanto se afirmam os discursos, de modo que técnicas são usadas para que se tenha

um determinado entendimento sobre algo. Assim é oportuno ler com uma consciência crítica e também concreta das coisas que compõem os discursos. Desse modo, será exequível as propostas das três tendências do discurso, que buscam promover a leitura crítica dos discursos.

2.4 As três tendências do discurso

A dinâmica com que as relações de poder se constituem por meio dos discursos é incorporada ao nosso atual, presente e cotidiano. Não há como pensar que tais produções existam sem esse modo de ação e apreensão do mundo. A estrutura atual formaliza que sujeitos constituam e pensem o mundo a partir do que está a sua frente, do que é necessário sacrificar ou anular para que uma ideia não seja raptada, pois ela forma uma base de domínio.

Aqui, o objetivo é compreender o uso da Análise Crítica do Discurso como uma maneira de ler e produzir textos no contexto escolar. O capítulo sete da obra “Discurso e mudança social” de Norman Fairclough, que aborda a democratização, a comodificação e a tecnologização dos discursos servirá de base para o tema central desta pesquisa.

2.4.1 A democratização, a comodificação e a tecnologização: construção dos sujeitos por meio do discurso

Para Norman Fairclough é essencial olhar para o discurso e enxergar a ideologia como monopólio de poder. Os discursos, resultados da produção linguística, transportam as ideias - esse princípio é a fonte de todo o esforço para se compreender a ação da ACD frente aos interesses da formação de um leitor crítico. Não se deve conceber a leitura com ideais que permitam abrir apenas algumas partes que não exijam muito do leitor, mas ultrapassá-las, ao romper fronteiras propostas pelo próprio texto será possível ler a concepção da realidade feita por determinado material linguístico, como afirma Fairclough (2001, p. 22):

Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’; diferentes discursos constituem entidades-chave (sejam elas a ‘doença mental’, a ‘cidadania’ ou o ‘letramento’) de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (por exemplo, como médicos ou pacientes), e são esses efeitos sociais do discurso que são focalizados na análise de discurso.

Compreender as informações que constroem os saberes no mundo depende de atitudes sólidas de leitura. As noções de verdade que são encontradas em uma produção podem ser delimitadas por um longo tempo, proporcionando uma redução de ocasiões possíveis para a mesma verdade. Isso deve ser bem interpretado, pois não é a instauração de um relativismo

frente às ideias que constituem os sujeitos e suas histórias, mas uma “purificação” dos processos pelas quais as noções de conhecimento passam na sociedade.

Segundo Wodak (2005), a ACD consegue descrever uma produção que aparenta corresponder a uma dada ordem, aceita pela maioria das pessoas, mas ao mesmo tempo desvelar as colunas da ideologia e do poder que sustentam toda a produção. As formas de olhar para determinado ponto são múltiplas, manipuladas e construídas em um dado momento histórico e social. As percepções mudam de acordo com interesses que surgem na sociedade e esses acordos estabelecidos por meio de uma imposição velada solidificam as ideias que justificam o poder.

Na visão da ACD, o discurso tem como prioridade ser compreendido em sua atuação, ou seja, no modo como é usado. Diferentemente do que a AD propõe - o discurso é resultado da materialidade histórica, é algo teórico porque o social já está inserido no próprio discurso e com isso não visa uma mudança - a ACD enxerga no discurso lugares que são possíveis ocorrer uma mudança social. A hegemonia que respalda o discurso de poder contém instabilidades e nessas circunstâncias o sujeito crítico consegue inserir-se como modificador, pois para Resende; Ramalho, (2006, p.44) “uma vez que a hegemonia é vista em termos de permanência relativa de articulação entre elementos sociais, existe uma possibilidade intrínseca de desarticulação e rearticulação desses elementos”. Assim fica mais palpável entender como a ACD justifica e trabalha com a sua análise.

A atualização social no uso da linguagem gera mudanças nas ordens de discurso⁴ o que leva às diferentes formas de compreensão do que se é produzido. Norman Fairclough nomeia essas mudanças como “democratização”, “comodificação” e “tecnologização”. Por meio dessa trilha é possível perceber como os padrões acontecem, mesmo de forma velada e seus contrastes no momento de suas concretizações.

As falas são respectivamente influenciadas entre si. As pessoas que falam de um lugar de autoridade influenciam outras que não estão no mesmo lugar. A imitação ou a reprodução de ideias semelhantes nasce a partir de um primado de referências que são analisadas por meio da Análise do discurso e todos os seus desdobramentos.

⁴ É a compreensão que parte de Michael Foucault em que o discurso deve ser entendido como algo que é controlado, selecionado, distribuído de acordo com as intenções do poder dominante.

2.4.1.1 Democratização

A linguagem é uma prática social, com isso deve-se compreender que ela deve ser vista a partir do lugar de realização e das conjunturas que se utiliza para um determinado fim. Nas tendências apresentadas por Fairclough, a democratização é uma maneira de mudar o comportamento linguístico diante dos dialetos e das variações, a “eliminação de marcadores explícitos de poder” nas produções de influência, predisposição ao modo informal e maior igualdade na questão de gênero. Assim, compreender a democratização é considerar que:

As questões de intervenção são como uma lembrança oportuna de que tendências abstratas, tal como a democratização, são um exemplo resumido de lutas contraditórias, nas quais as intervenções para reestruturar as ordens de discurso podem ser resistidas de várias maneiras e estar sujeitas a várias estratégias de contenção, de modo a preservar hegemonias existentes na esfera do discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p. 254).

Perceber que há tentativas que apresentam uma forma democrática de lidar com a língua não quer dizer que o mesmo acontece. Em alguns setores da sociedade é perceptível que os pronomes e mesmo os adjetivos sejam usados na forma masculina, independente se a ideia geral tente incluir a ideia da democratização ou não.

Nas produções escolares e acadêmicas segue a mesma dinâmica - valorização do uso múltiplo e acessível a todos, porém não deixa de sustentar um valor hegemônico que aparece em tênue medida em algum espaço da escrita ou da oralidade. Em uma apresentação de atividades escolares, por exemplo, há a afirmação de alunas e alunos, mas no momento de reduzir tais substantivos o pronome “eles” ou o substantivo “alunos” sobressai.

Não cabe neste trabalho redefinir tais posições e indagações, mas apontar como em meio às práticas linguísticas da escola as ordens discursivas ordenam, manipulam e distribuem as informações a fim de manter uma dada estabilidade. Há um discurso vigente em que tais práticas não ocorrem - é nesse sentido que a presente pesquisa propõe uma reavaliação do que se tem propagado frente ao que se tem em dados realizados.

2.4.1.2 Comodificação

As metodologias mercantis usadas para a informação e consumo fazem parte da comodificação. Tomar a palavra como meio de comercializar é antiga e atual, pois o mundo das finanças, em qualquer aspecto, exige a palavra como sucesso de negociações.

A definição mais próxima ao processo de comodificação é o conceito de mercado dentro do uso linguístico. Não são objetos tais como: carros, acessórios ou empresas que estão em

curso, mas ideias. Por meio da linguagem acontece um empreendedorismo não obstante com a finalidade comercial, mas conteúdos que permeiam as práticas sociais:

Marx mesmo notou os efeitos da comodificação sobre a língua: referir-se às pessoas como em termos de ‘mãos’ em contextos industriais, por exemplo, é um modo de vê-las como mercadorias úteis para produzir outras mercadorias, como força de trabalho incorporada. Em termos de ordem de discurso, podemos entender a comodificação como a colonização de ordens de discurso institucionais, e mais largamente da ordem de discurso societária por tipos de discurso associados à produção de mercadoria (FAIRCLOUGH, 2001, p. 255).

A comodificação é uma maneira de ter a língua como aliada ao processo econômico. É uma “pré-venda”, um “aperitivo” de um outro produto. Todo o processo de informação passa pelo viés do capital, gerando a comodificação.

O interesse é econômico. A consciência não tem espaço nesse processo porque as sugestões levam ao consumidor um ideal a ser pensado e posteriormente consumido. No contexto digital, os aplicativos sugerem através de frases de efeito, imagens intencionais e discursos breves uma sugestão de consumo única. A configuração desse procedimento é permitir que a linguagem seja usada com o interesse capital, revestida pelo o que deveria ser de fato. No contexto pedagógico e religioso ocorre a comodificação, por exemplo, o comércio nesses ambientes ganha uma certa “naturalidade” porque está amparada pelo contexto e isso leva ao interesse mercantil ser acentuado perante a situação. Para Fairclough (2001, p. 259): “É uma questão de construir ‘imagens’ noutra sentido - modos de apresentar publicamente as pessoas, as organizações e as mercadorias e a construção de identidades ou personalidades para elas”.

Nas publicidades que cercam os discursos da mídia é corriqueiro que dados sejam utilizados com o intuito de aparentar o entretenimento, mas visando a compra. O espaço para a consciência linguística nesse aspecto perde sua autonomia porque vê uma possibilidade, uma forma de ser e estar no mundo.

O que os publicitários obtêm das imagens visuais é sua capacidade de evocar na simulação de estilo de vida, capacidade que é geralmente mais poderosa e imediata que a da língua. Se uma imagem visual funciona, pode criar instantaneamente um mundo que consumidores potenciais, produtores e produtos podem conjuntamente ocupar, antes que os leitores possam ler (ou os telespectadores ouvir) a linguagem da publicidade (FAIRCLOUGH, 2001, p. 259).

As sugestões comerciais seguem esse objetivo: provocar e entusiasmar o sujeito para que seja possível criar nele um potencial consumidor. As possibilidades que um texto verbal ou misto pode fornecer são grandes diante do contexto de aceitabilidade e consumo.

Compreender esse processo permite uma possível releitura do consumo que ocorre na sociedade atual. As leituras de mundo devem provocar a reflexão e a retirada de intencionalidades acobertadas para que o sujeito seja autônomo em suas escolhas - ser

consciente diante de processos como a comodificação não é deixar de consumir, porém identificar fatores que motivam esse mesmo consumo - assim construir autonomia e crítica por meio da linguagem.

2.4.1.3 Tecnologização

A terceira modalidade apresentada por Fairclough faz referência às atitudes tomadas de modo concreto junto ao discurso. Tecnologia na linguagem para a ACD é a técnica, muitas vezes, consciente na produção linguística.

Elas são planejadas e aperfeiçoadas com base nos efeitos de antecipados mesmo nos mais apurados detalhes de escolhas linguísticas no vocabulário, na gramática, na entonação, na organização do diálogo, entre outros, como também a expressão facial, o gesto, a postura e os movimentos corporais. Elas produzem mudança discursiva mediante um planejamento consciente (FAIRCLOUGH, 2001, p. 265).

O conteúdo de um acervo acadêmico é formado por meio dos elementos que o identificam: linguagem científica, modo de produção, parâmetro de texto, contextualização própria, entre outros pontos. O gênero que predomina nesse ambiente é o científico porque fala para e com membros que se correspondem entre si e têm uma mesma base lexical e semântica para o consumo próprio. Contudo, quando qualquer parte dessas matérias ultrapassa os limites da academia a formulação é alterada para que um outro grupo consuma o discurso científico. O uso de palavras, modo de expressão e sinônimos serão alterados de maneira consciente para acatar a um determinado fim: a veiculação dos dados acadêmicos.

A mídia dispõe de aparatos que contribuem para uma efetiva ação tecnológica na linguagem porque recorre aos mais variados estilos de tradução de uma informação. Trazer o inacessível ao acessível só ocorre por meio de técnicas. Para Guimarães; Barreto (2000, p. 7) “pois quando se ‘relata’ um texto, uma citação, uma fala, necessariamente se escolhe ‘representá-lo’ de um modo em vez de outro”.

Nesse capítulo foram abordadas as três tendências propostas como formas de mudança na sociedade contemporânea. Através desse contexto é possível descrever como as mudanças nas formações discursivas concorrem para uma democratização, comodificação e tecnologização, investidas de domínio nos variados setores de atuação.

No próximo capítulo serão abordadas essas tendências na produção escolar, com base na Análise Crítica do Discurso como uma maneira de ler e produzir textos no contexto escolar. O capítulo sete da obra “Discurso e mudança social” de Norman Fairclough, que aborda a democratização, a comodificação e a tecnologização dos discursos servirá de base para os procedimentos de análise desta pesquisa.

3 AS TRÊS TENDÊNCIAS DO DISCURSO COMO CATEGORIAS PARA A ANÁLISE DO CORPUS

A dinâmica com que as relações de poder se constituem por meio dos discursos é incorporada ao nosso presente e cotidiano. Não há como pensar que tais produções existam sem esse modo de ação e apreensão do mundo. A estrutura atual formaliza que sujeitos constituam e pensem o mundo com base no que está na sua frente, pois ela forma uma base de domínio. Esse é o ponto central das análises que aqui serão apresentadas, ou seja, a construção do sujeito por meio do discurso, por meio da democratização, da comodificação e da tecnologização da linguagem.

3.1 O conteúdo temático, o estilo e a construção dos textos: perspectiva de análise de Bakhtin e Fairclough.

Nesta seção, será importante considerar, mesmo que seja breve, um pouco do que Mikhail Bakhtin (1895-1975) afirmou acerca do que é um gênero, pois, para melhor definirmos como se dá a estrutura de uma reportagem, é preciso entender como se solidifica um gênero, como se faz uma reportagem.

A realidade vivida pelos sujeitos é diversa e dinâmica. As muitas atividades de todas as áreas exigem formas de comunicação que vão se modificando de acordo com as necessidades da realidade. Dentro do mercado, da quitanda, da loja de artesanato circulam textos que são diversos dos que circulam no interior de um consultório odontológico e isso se justifica pelo fato de as necessidades de interação humana não serem iguais. É necessário que existam diferentes textos porque há diferentes formas de agir, pois o texto justifica uma dada realidade e também atende a uma necessidade.

Com base no conceito de variedade entre as produções textuais, Bakhtin amplia a questão do gênero segundo três elementos: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional. Esses elementos permitem uma definição que não é autoexplicativa, mas analítica no sentido de atuação do texto. A indagação proposta pelo autor não é específica de uma definição de origem, mas de uma compreensão do como o gênero atua em sociedade, pois assim define Fiorin (2011, p. 48):

O gênero estabelece, pois, uma interconexão da linguagem com a vida social. A linguagem penetra na vida por meio dos enunciados concretos e ao mesmo tempo, pelos enunciados a vida se introduz na linguagem. Os gêneros estão sempre vinculados a um domínio da atividade humana, refletindo suas condições específicas e suas finalidades. Conteúdo temático, estilo e organização composicional constroem o todo que constitui o enunciado, que é marcado pela esfera de ação.

Nesse sentido, nota-se, pela exposição do autor, que linguagem, vida, enunciados concretos estão conectados propiciando a leitura e a interpretação dos gêneros da realidade que os constitui. A compreensão fica mais palpável porque as produções acontecem sempre em torno de uma realidade, de modo que se pode compreender melhor suas condições de produção.

O conteúdo temático é a compreensão que se deve ter do gênero no sentido de interação com o meio; por essa interação é que se consegue ler o sentido dado ao texto em função de uma dada realidade. Quem produziu? Por quê? Quando?

O estilo pretende compreender como o texto se firma em relação ao léxico, à escolha e à seleção de recursos da língua que são, de certo modo, requeridos pelo gênero.

A construção composicional é a maneira como o gênero se organiza para realizar sua função. O gênero tem a capacidade de “ditar” a maneira como o texto será, há um certo condicionamento nas formas de produção.

A proposta de Norman Fairclough na ACD, quando lida sob a intenção de compreender o processo de produção de textos, tem pontos que convergem ao modo como Bakhtin estuda os gêneros, porque não se limitam apenas à esfera textual do texto em si, mas consideram as condições de uso da linguagem sob os aspectos já citados anteriormente: democratização, comodificação e tecnologização. Tal forma de se ler uma produção segue um roteiro que visa a uma leitura e interpretação que não se auto justifica na sua criação, mas que pretende ler, de forma autônoma, um dado produto linguístico.

No gênero reportagem, por exemplo, quando se lê com base nas categorias propostas por Bakhtin e Fairclough, não se salienta uma justificativa de tal produção, mas a maneira como ela se dá, como essa produção acontece. É uma leitura e compreensão da realização textual já definida; é a leitura do que veio a ser o texto, o gênero. Através dessa expectativa, entende-se melhor como a maneira de concretização dos textos e gêneros ocorre, assim explica Fiorin (2011, p. 50):

Basta comparar uma notícia de um jornal do início do século XX e uma de um jornal de hoje para constatar que o gênero notícia mudou radicalmente. Os gêneros estão em contínua mudança. Por outro lado, qual é a fronteira que delimita a crônica do conto? Temos nos jornais, crônicas que são verdadeiros contos. Isso não ocorre porque o cronista deixou de lado seu ofício, mas porque os limites entre esses dois gêneros são mais fluídos do que gostaria nossa alma taxonômica.

Quando se tem uma dimensão das produções nesse sentido de mudança no decorrer do tempo, também se entende que os gêneros acompanham tais mudanças. O que era produzido de uma forma, em outro momento foi produzido de outra forma. Isso não significa que há uma

desconfiguração dos gêneros, mas uma contextualização de acordo com as necessidades de cada contexto.

A estrutura que sustenta a construção de um texto (gênero) é considerada sob vários aspectos como já foi citado na perspectiva de Bakhtin. Também na visão da ACD, de Norman Fairclough, os textos comportam elementos essenciais de uma leitura além das palavras, que precisa reconhecer situações e condições que geram uma produção, assim ele define:

‘Estrutura textual’ também diz respeito à arquitetura dos textos e especificamente a aspectos superiores de planejamento de diferentes tipos de textos: por exemplo, as maneiras e a ordem em que os elementos ou os episódios são combinados para construir uma reportagem policial no jornal, ou uma entrevista para emprego. Tais convenções de estruturação podem ampliar a percepção dos sistemas de conhecimento e crença e dos pressupostos sobre as relações sociais e as identidades sociais que estão embutidos nas convenções dos tipos de textos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 106).

Assim que se compreende a relação dos gêneros e as necessidades que esses atendem em sociedade, a leitura se torna mais atuante, acessível e constata-se o modo como os textos agem em meio às interações humanas. Nessa perspectiva, na próxima seção, será abordada a concepção do gênero reportagem e como as categorias citadas nessa seção fornecem maior base para se compreender a composição do gênero reportagem e sua exploração atendendo a ACD.

3.2 O gênero reportagem: características para a realização da ACD

Nesta seção, será tratado, de modo breve, o gênero reportagem e como se dá a sua constituição dentro da Análise Crítica do discurso (ACD), levando em conta as características de produção e consumo norteadas pelas três tendências propostas por Norman Fairclough: democratização, comodificação e tecnologização. Também haverá uma reflexão sobre o papel do produtor, no caso o jornalista, de modo que se entenda como a produção textual, nesse âmbito, tem participação ativa do sujeito enquanto produtor e comentarista de fatos jornalísticos.

A multiplicidade de gêneros é uma consideração de grande importância para a análise crítica do discurso, pois permite compreender os processos de formação e práticas que cada tipo de discurso requer e, com isso, a relação entre a linguagem e a atuação dos sujeitos. Um dos campos da atividade humana que oferece grande parcela de itens a serem investigados é o jornalístico, especificamente, a reportagem.

O gênero reportagem contém elementos que dão maior visibilidade aos aspectos procurados pela análise discursiva: gramática, intertextualidade, coerência, coesão e as ideologias que estão imbricadas em todos os itens que sustentam a produção textual. Também

deve ser ressaltado que esse gênero se manifesta em todas as esferas sociais por conter informações relevantes ou de aspecto curioso para a população, tanto em mídias impressas quanto digitais.

No processo de construção da reportagem, a intencionalidade pode ser velada através da clareza de ideias; palavras podem ter um sentido fácil, mas, ao mesmo tempo, instaurar a ideologia que representa o autor e, ao mesmo tempo, cumpre sua função social, pois Nascimento diz que: “precisa, em primeiro lugar, ser entendido pelo leitor, o que significa clareza na composição e na escolha de palavras” (2009, p. 73). Nessa direção, a preocupação em se fazer claro e acessível é um dos elementos primordiais para a produção jornalística.

Pode-se, em muitas ocasiões, parecer ingênuo por parte do leitor, que a escolha de um determinado vocabulário, da ordem direta da oração e do tempo verbal escolhidos são apenas para facilitar a leitura, porém o que a ACD propõe é que tais seleções não deixam de conter o caráter dialógico e ideológico da linguagem. A escolha da ordem direta em textos com a finalidade informativa promove uma rápida identificação: sujeito = que realiza; predicado = o que o sujeito realizou. Desse modo, constrói-se, por exemplo, em um título, a sentença de algo antes da leitura completa da matéria. A indução a um comportamento enquanto leitor já é estabelecida, num primeiro momento, por meio dos elementos escolhidos para a composição textual.

O tempo verbal no gênero reportagem tem o intuito de dar a impressão de atualidade, de instantaneidade, para o leitor. Isso o leva a crer numa possível condição de “importância”, justificada pela atualização do fato e do texto construído com uma finalidade. A chamada da reportagem com elementos fáceis (democratização), que buscam o incremento de um dado fato, começa no modo como ela é vendida, e a maneira como chega ao leitor (comodificação) constitui o todo que é, depois, revista e ampliada pela ACD.

3.2.1 A leitura do gênero reportagem

Compreender o texto como produto deve ser a primeira ação enquanto leitor crítico. Toda produção textual ganha novo sentido a partir de 1960, quando a forma de expressar e construir opiniões deixa de ser moldada e limitada por instituições hegemônicas e passa a ter um aspecto mais centrado no sujeito. Esse ganha visibilidade porque compreendeu que pode e deve construir as suas impressões, independente de instituições que mantinham e mantêm o poder hegemônico, pois:

Esse rompimento, em busca da valorização dos desiguais por meio de uma simétrica equiparação de valores políticos, econômicos e culturais, provocou uma luta contra a

hegemonia instituída, ou seja, contra a prática de concessão feita por grupos poderosos a grupos menos favorecidos, com o intuito de estabelecer um domínio baseado num suposto consenso, para não desestabilizar o comando estabelecido (SAYEG-SIQUEIRA,s/d mimeografado)

Por meio desse processo é que a leitura dos diversos gêneros textuais consolida as informações nos meios sociais e podem ser vistos e reinterpretados à luz da crítica que deve, em primeiro lugar, diagnosticar o que promove e instaura cada produção; em segundo lugar, ler, com base na consciência crítica, toda a produção disponível e promovida para determinados fins.

Ao instaurar a análise discursiva sobre textos jornalísticos, o leitor necessita ter essa breve introdução, de modo que toda e qualquer leitura possa ser entendida dentro de uma prática discursiva e social. O gênero textual, quando analisado dentro da realidade em que se encontra, permite a identificação de fatores que o moldam e que podem ser recuperados por dados históricos, institucionais e ideológicos, como afirma Marcuschi (2008, p. 155):

[...] os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas sociais, institucionais e técnicas (MARCUSCHI, 2008, p. 11)

No contexto do gênero reportagem, através de uma apreensão que a ACD propõe, é possível elucidar como essas forças citadas por Marcuschi agem por intermédio de uma narrativa jornalística. A representação de instituições, profissões e maneiras de pensar sobre um assunto, quando atualizadas por meio da reportagem, abarcam cenários representativos de diversas instâncias sociais, assim embasam as produções e emitem as ideias representativas por meio das atividades jornalísticas.

3.2.2 Reportagem e notícia: constituição e diferenças discursivas.

O uso efetivo da linguagem apresenta uma grande multiplicidade de estilos. Para perceber, é necessário que o leitor crítico tenha nitidez sobre o uso de certos gêneros textuais que mais se apresentam em sociedade. Na escola, há a oportunidade de um maior acesso aos distintos gêneros, porém em circulação (consumo) esse número tende a ser mais restrito de acordo com áreas de atuação.

A análise de exemplos diários pode elucidar melhor - um funcionário público do departamento imobiliário fará leituras de textos direcionados àquela área: ofícios, escrituras e tudo que pertença ao campo; já um funcionário do setor de hotelaria lidará com textos que incentivem o turismo de uma dada área, organização hoteleira e de eventos, entre outros -. O que deve ser considerado nesse caso é que o acesso a certos gêneros pode favorecer pontos e

limitar outros. A análise técnica de textos institucionais usados pelo primeiro pode levá-lo a recepcionar, com maior eficiência, produções apenas com esse teor de leitura, que tende a ser mais mecânica e exata, sem espaço para uma interpretação mais aguçada; já no segundo caso, há a probabilidade de uma ocorrência maior de textos informais, que carregam um conteúdo mais pragmático, limitando-o a ter de decifrar textos mais complexos e exatos no contexto profissional e, talvez, também na esfera pessoal.

Na relação entre reportagem e notícia, a primeira coisa a ser identificada de modo objetivo é o fato, que corresponde a uma circunstância, a um evento ou a um acontecimento histórico ou pessoal. Esses três sinônimos podem ter um uso intencional, já que para muitos autores um episódio pode ser compreendido dentro de uma ocasião ou dentro de um caso histórico e tal relato é passado ao leitor após a seleção do prisma escolhido pelo produtor.

No jornalismo, o fato pode se assemelhar ao conceito de verdade, porém, ao ser colocado pelo produtor (jornalista), traz as impressões particulares dele. A sua participação na seleção do que é importante ou não define o grau de importância de um dado fato.

O fato, quando lido enquanto notícia, pode ser interpretado apenas como um ocorrido, que é narrado com intenções imediatas, mas que, mesmo assim, carrega os elementos de interesse para a ACD; já a leitura de um fato numa reportagem permite a presença de um texto aprofundado sobre o fato que contém a visão, o comentário e a opinião de um autor de modo elaborado:

[...] investigação, seleção das melhores fontes, leitura de documentos, conversa com os diferentes protagonistas ou personagens envolvidos na história e exige que se capte o ambiente onde ocorrem ou ocorreram os acontecimentos. Acima de qualquer outro componente, deve começar de um modo que prenda a atenção do leitor, já que ele é o destinatário imediato da reportagem (SANTOS, 2015, p. 45).

De acordo com o autor, o processo de seleção com a finalidade de “prender” a leitura já contém os elementos básicos que autorizam o leitor a realizar a análise crítica do texto-produto. A constituição da reportagem se realiza no encontro entre produtor e leitor, assim a opinião formada conduz o sujeito-leitor a pensar com/e para uma dada finalidade, elemento esse que é matéria da prática social em Fairclough.

O processo de análise que cabe ao analista deve ocorrer com o intuito de tornar claro, compreensível, fácil os recursos que são usados na produção. A tentativa de firmar verdades não é função da ACD porque isso dará ao trabalho um esvaziamento de sentido ao invés de desempenhar o seu papel de análise dentro do contexto jornalístico como afirma Hernandes:

Um analista deve se interessar por desvendar como cada jornal constrói um efeito de que diz a verdade, de que mostra a realidade. Esse deve ser o objeto de investigação. Discutir se um

jornal falou ou não “a verdade” acaba expondo mais os valores do analista do que os do jornal (HERNANDES, 2012, p. 20).

A imparcialidade não deve ser esquecida pelo analista. Mesmo que qualquer comentário sobre um fato tenha participação de quem o conta, o analista não julgará, mas apenas analisará o que se tem, como foi construído determinado pensamento, o que o fundamenta e como pode vir a agir socialmente.

De acordo com um dos manuais dos profissionais do jornalismo, pertencente à empresa O Globo, os autores devem prezar pela imparcialidade, mesmo sabendo que a neutralidade completa não seja possível:

Todo jornalista, do repórter ao editor, seleciona e dá pesos diferentes aos elementos de informação que passam por suas mãos. Isso é inevitável - pois não há outra maneira de trabalhar - e representa o exercício de considerável poder: o de decidir como determinado aspecto da realidade será apresentado à opinião pública (O Globo, 1992, p. 83).

Ao relacionar a ACD junto à produção de textos, nota-se como tais processos são, em muitas situações, promulgadas, deixando de lado o caráter velado e assumindo tendências. No caso das prerrogativas acima, ao trabalho do jornalista cabe “decidir” o que será “melhor” enquanto conteúdo do fato ocorrido. Desse modo, é indiscutível como a imprensa ganha o lugar de poder perante a sociedade, pois de acordo com o que ela promulga a “verdade” será solidificada.

Consequentemente, a distinção entre reportagem e notícia proporciona a habilidade de ler o texto com perspectivas próprias. Além disso, permite que o leitor encontre os vestígios do editor em função de um leitor, que pode ser produzido apenas como um ocorrido ou um acontecimento narrado sob o prisma de quem o produziu. Com base na constituição do corpus, isso poderá ser melhor analisado.

3.3 A constituição do corpus

O corpus está constituído por uma reportagem publicada no G1 Centro-Oeste de Minas, em 30/04/2018, às 13h27min. É uma reportagem policial que envolve um representante da lei em ato escuso. Por ter um caráter violento, algumas observações cabem *a priori*.

3.3.1 Violência, polícia e discurso

Neste item, é importante destacar a relação entre as palavras que orientam esta parte da pesquisa. Como se dão as ideias, as construções e as interpretações quando há a relação entre violência, polícia e discurso nas produções. Isso deve ser bem colocado para que o conteúdo

não seja desperdiçado ou motivado por outros ideais que não sejam o objeto de estudo dessa pesquisa. Como base, recuperar-se-ão alguns pontos históricos.

Todas as vezes que noticiários são lidos ou ouvidos, a ideia geral é de informação rápida e segura. A escolha dos canais de televisão, até pouco tempo, era crucial nesse processo - existiam canais que eram dignos de prestígio, pois continham características aparentemente confiáveis e se faziam presentes e familiares pelo modo como atuavam -. Ao se levar em conta essa dimensão, registra-se o modo como a informação agia e também como os sujeitos eram orientados a recepcionar os acontecimentos, sobretudo quando esses meios tinham uma visão sobre as características políticas da sociedade.

O que se pode analisar são os interesses das produções em eleger pontos de partida para as produções, que correspondem a uma determinada ideologia e poder instituídos. O discurso da imprensa passa por esse segmento, o que leva, em muitas ocasiões, a formar a opinião dos sujeitos e da sociedade.

3.4 A ação policial e o discurso da imprensa

A dimensão que é dada à polícia pelos meios jornalísticos interfere no modo como a sociedade a enxerga. Assim, interpretar os fatos que envolvem a instituição militar carece de uma atenção que envolva a ideologia vigente, os interesses da produção e a recepção dos sujeitos-leitores.

A construção do imaginário popular sobre a polícia é, em sua maioria, edificada por meio da mídia. A exposição da polícia como alvo principal da crítica jornalística atravessa décadas na televisão, no rádio e nos jornais por uma tentativa ideológica que busca atingir setores maiores como a situação política do momento. Nesse sentido, é preciso compreender os processos discursivos que edificam e promovem tais visões, como diz Rondelli (1998, p. 149):

A mídia é um determinado modo de produção discursiva, com seus modos narrativos e suas rotinas produtivas próprias, que estabelecem alguns sentidos sobre o real no processo de sua apreensão e relato. Deste real ela nos devolve, sobretudo, imagens ou discursos que informam e conformam este mesmo real. Portanto, compreender a mídia não deixa de ser um modo de estudar a própria violência, pois quando esta se apropria, divulga, espetaculariza, sensacionaliza, ou banaliza os atos de violência está atribuindo-lhes um sentido que, ao circularem socialmente, induzem práticas referidas à violência.

Segundo a autora, a mídia conta com um aparato que atende a um interesse de poder social, com formas de protagonizar eventos e distribuí-los socialmente. Assim, fatos são colhidos no meio comum, ordinário, mas transformados por meio da roupagem midiática e discursiva nos eventos. Um fato corriqueiro pode ser transformado em um evento de aparente

importância pública motivada pela ideologia que rege um dado segmento jornalístico. O poder de abranger públicos diversos e de formas diferentes é uma das circunstâncias em que se pode analisar o discurso por meio das três tendências: democratização, comodificação e tecnologização.

A influência da mídia é proporcional ao modo como ela produz seus discursos. A produção e narração de fatos da sociedade envolve sujeitos, histórias e concepções políticas, elementos esses que ganham visibilidade e autenticidade por meio das produções. As tendências que decorrem dessas produções abrigam determinadas maneiras de se formular os discursos, como serão apresentadas na seção seguinte segundo Fairclough.

3.5 A presença das tendências nas produções discursivas

As tendências apresentadas por Norman Fairclough ocorrem porque as produções discursivas (escritas ou orais) tendem a se especificar em uma dada configuração para atender a uma demanda. Um aspecto que não pode deixar de sempre ocorrer em pesquisas relacionadas a esse campo é a forma mercantilista que os textos encontram para instaurar seus interesses, ou seja, uma produção promove sempre algo de alguém para alguém. Isso acontece no sentido comercial, publicitário da palavra, não com produtos em si, mas com um sistema, com uma realização comportamental entre os sujeitos.

Quando se fala sobre as produções no meio jornalístico, deve-se levar em consideração os aspectos mencionados anteriormente. O gênero que informa é o que se torna mais acessível, corriqueiro, porém é nesse estilo de produção que temas e ideias tidas como comuns ou da grande massa também são definidos como apresenta Tomazi (2013, p. 142):

Enquanto fontes comuns são entrevistadas no próprio local do fato relatado, sob forte pressão emocional, as fontes oficiais são ouvidas em seus escritórios ou gabinetes, locais silenciosos. Esse aspecto das condições de produção determina, em boa medida, parte do conteúdo veiculado, já que às falas institucionais é oferecido tempo de elaboração, enquanto as falas populares são produzidas sob efeito do acontecimento. Assim, os discursos oficiais são produto de elaboração e de monitoramento, visando ao gerenciamento global da imagem.

Na realidade das “condições de produção”, a ACD trabalha e acredita que pode ocorrer a conscientização para uma leitura que ultrapasse os limites dos “locais silenciosos” de produção. Esses limites não residem apenas nas questões normativas do uso da língua, como deve acontecer, mas nos lugares de produção e difusão de ideias sobre a realidade. Há de se considerar que a escolha lexical, mesmo que atenda à finalidade estrutural para a produção de textos, também pode servir às condições de poder, pois, de acordo com Van Dijk (2012, p. 238), “os falantes mostram suas identidades sociais, suas relações enquanto participantes, sua

adaptação à audiência, seu estado de espírito, suas emoções, seus valores, suas opiniões e atitudes”. A elaboração e a produção têm muito a dizer para a sociedade e como que ela é pensada e utilizada em favor de grandes interesses hegemônicos.

A ideia que mascara essa dinâmica é a promoção do diálogo público sobre certos pontos tidos como importantes, essa ação promove efeito contrário: agrega pessoas para consumirem uma ideia pré-instaurada e depois agirem por meio dela, de modo que questões políticas, culturais e ideológicas sejam agrupadas para estabelecer um acordo já concebido no processo de produção, que terá como fim a ação hegemônica.

Linguagem e poder constituem sujeitos que carregam e refletem as referências do mundo que os circunda, assim os discursos operam para estabelecê-las e preservá-las, como Foucault (2009, p. 8-9) salienta:

Em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

O que Foucault ressalta é o que Norman Fairclough vai propor como base de compreensão para a ACD. Nesse contexto, o autor mostra o modelo tridimensional, compreendido pelos seguintes momentos: análise textual, análise discursiva e prática social. Dessas três bases surgem outras ramificações como a gramática, o vocabulário, a coerência e as condições de produção e consumo.

A proposta que Norman Fairclough apresenta por meio da ACD é a capacidade de compreender as condições em que o domínio hegemônico orienta e manipula as produções que circulam na sociedade. Nesse contexto da pesquisa, as ideias centrais: discurso, política e produção são aparatos de investigação e demonstração de como essa realidade se manifesta.

O discurso público, nesse caso o midiático com referência à política, tem a capacidade de manejar opiniões e construir inimigos comuns para atender a um certo interesse hegemônico. Assim diz Van Dijk (2015, p. 23):

Muitas formas de poder contemporâneo, contudo, devem ser definidas como poder simbólico, isto é, em termos do acesso preferencial a - ou controle sobre - o discurso público, seguindo a lógica da reprodução. (...) Controle do discurso público é controle da mente do público e, portanto, indiretamente, controle do que o público quer e faz. Não há necessidade de coerção se se pode persuadir, seduzir, doutrinar ou manipular as pessoas.

A construção dos textos com finalidade pública é revestida de fatores condicionados, que promovem, salientam e impulsionam o leitor a agir com e para uma dada realidade, criada com base em uma opinião, no caso a midiática.

Como afirma Van Dijk, a vontade pública é gestada pelo discurso dominante. A expansão do discurso, sobretudo nos dias atuais, aumenta, consideravelmente, a aceitação social porque conta com a tecnologia que proporciona o acesso “igualitário” às informações. As tendências propostas na visão da ACD - democratização, comodificação e tecnologização - buscam, nessas condições, descobrir tais práticas que fomentam a paralisação de discussões sociais.

3.6 A polícia como foco das práticas discursivas

Os jornais e todos os meios que se propõem a espalhar informações apresentam discursos heterogêneos, marcados por formações discursivas. A formação discursiva corresponde à ideologia, que se apresenta e se constitui no texto. Pode-se afirmar que há mais de uma formação ideológica em um dado texto - cada produção pode trazer conceitos variados sobre economia, valores familiares e investimentos imobiliários. Em outras produções é diferente, pois para cada uma haverá posições assumidas de acordo com o assunto - e isso é o que permite a heterogeneidade sobre o sujeito que terá acesso a essas produções, como define Orlandi (1999, p. 44):

É pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes. Por exemplo, a palavra “terra” não significa o mesmo para um índio, para um agricultor sem-terra e para um grande proprietário rural. Ela significa diferente se a escrevemos com letra maiúscula Terra ou com minúscula terra etc. Todos esses usos se dão em condições de produção diferentes e podem ser referidos a diferentes formações discursivas.

A diversidade das produções permite a multiplicidade de olhares sobre um certo assunto. Quando se elegem empresas midiáticas como canais exclusivos para colher informações é porque elas trazem formações ideológicas que correspondem ao que é esperado por alguém. Os jornais representam a sociedade por meio de sua visão de mundo, religião, política, meio ambiente, economia e outros assuntos, assim sua produção atende a um interesse mercantil, não somente de produtos, mas de ideias. Essas ideias são vendidas, oferecidas e, muitas vezes, colocadas à disposição como forma de oferta e maior aquisição de consumidores através do texto jornalístico, por exemplo.

Dialogar com as faces apresentadas pela mídia sobre a polícia é reconhecer e despertar a consciência sobre a realidade em que cada sujeito atua. Dentro do processo de consumo da leitura, a análise crítica deve promover no sujeito a habilidade de ler além, ler de modo autêntico e livre para que a construção social proposta pela ACD tenha espaço e aja de maneira criativa.

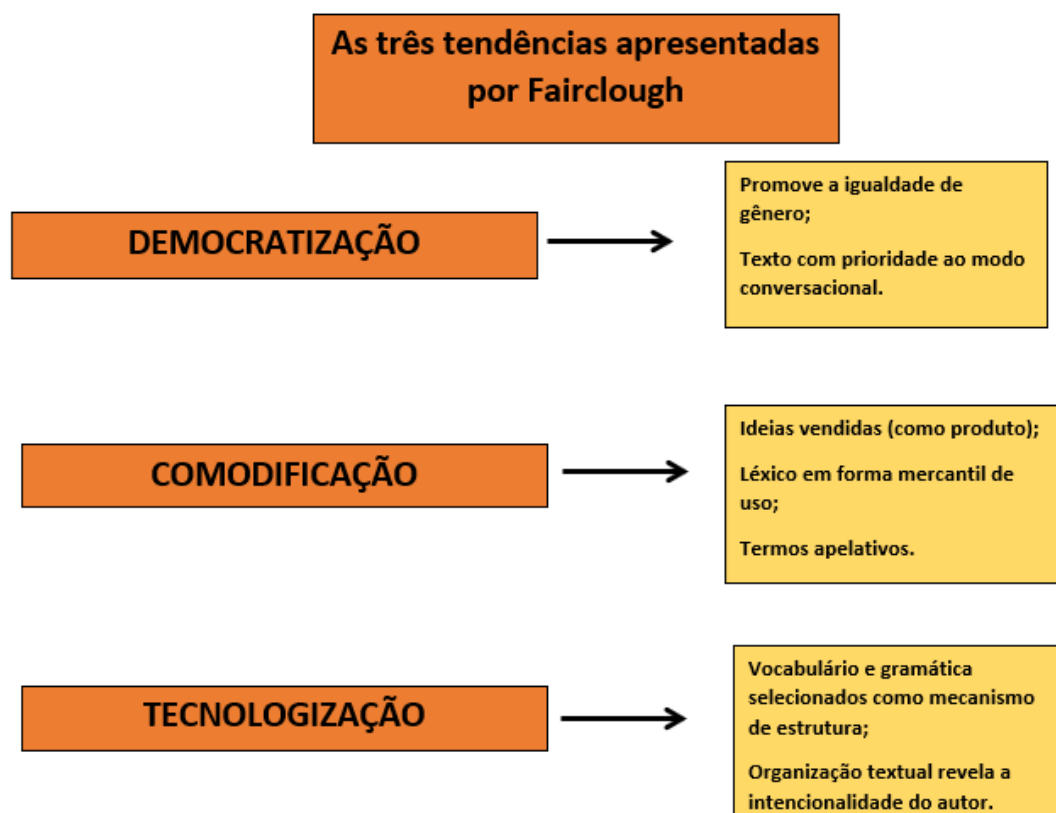
3.7 Democratização, comodificação e tecnologização: aplicações práticas no texto motivador

Como já mencionado anteriormente, as formas como os sujeitos procuram significar as coisas que os constituem e o mundo em que estão inseridos ganham novas significações que são materializadas no discurso.

No campo da informação, o poder, o discurso e as práticas discursivas ficam evidentes e mais acessíveis por conter caráter público e linguagem dinâmica. Isso permite a ação direta e indireta de estruturas constitutivas de ideias e ações no contexto social. Desse modo, a ACD leva como proposta para a formação da leitura crítica a análise discursiva por meio das três tendências - democratização, comodificação e tecnologização - com a finalidade de direcionar e selecionar informações passíveis de uma transformação social.

Retomando os conceitos de forma esquemática:

Figura 1



Como demonstração prática da proposta, aplicamos, dentro da matéria que foi escolhida como texto motivador em sala, as três tendências definidas por Norman Fairclough que ajudam a compreender como se dão tais processos.

É importante ressaltar que o texto motivador selecionado foi analisado dentro de uma proposta prática e didática para que sirva de base teórica para a compreensão das análises posteriores dos textos produzidos pelos alunos.

3.8 O texto motivador

Conforme o propósito, indicado anteriormente, de se trabalhar com o gênero reportagem, segue o texto motivador:

Policia se envolve em acidente, foge sem prestar socorro e vítima morre em Pará de Minas Militar foi encontrado e se negou a fazer o teste do etilômetro. Ele está detido no 7ª batalhão em Bom Despacho.

Por G1 Centro-Oeste de Minas

30/04/2018 13h27 Atualizado há 3 anos

Uma jovem de 19 anos morreu após se envolver em um acidente em Pará de Minas, no sábado (28). Segundo a Polícia Militar (PM), a moto em que ela estava foi atingida por um carro conduzido por um policial militar, de 33 anos, lotado na 19ª companhia.

Segundo a polícia, ele fugiu sem prestar socorro à vítima, mas foi encontrado. O militar se negou a fazer o teste do etilômetro e está detido no 7º Batalhão da Polícia Militar, em Bom Despacho.

De acordo com a PM, o acidente foi no cruzamento das ruas Leônidas de Melo e Matias Laurentis, no Bairro São Pedro. Aos policiais, ele disse que parou e observou o trânsito. Quando foi arrancar o veículo atingiu a jovem que seguia de moto pela Rua Leônidas de Melo.

O policial disse ainda que saiu do local porque testemunhas fizeram ameaças, mas que quando chegou à casa da namorada, onde foi encontrado, ligou para a PM e o Corpo de Bombeiros. Durante a fuga, ele ainda bateu em um veículo que estava estacionado.

A jovem foi socorrida pelos Bombeiros até o hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC), com traumatismo craniano. Porém, ela não resistiu aos ferimentos.

O condutor não apresentava sinais aparentes de embriaguez, porém se recusou a fazer o teste do etilômetro. Ele foi detido e encaminhado ao 7º Batalhão da Polícia Militar, em Bom Despacho, onde permanece à disposição da Justiça.

O carro dele foi apreendido e a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do policial foi recolhida e será aplicado um Auto de Infração de Trânsito correspondentes à recusa de se submeter ao teste do etilômetro.

Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/policial-se-envolve-em-acidente-foge-sem-prestar-socorro-e-vitima-morre-em-para-de-minas.ghtml>. Acesso em: 10/04/2022

3.8.1 Análise do texto motivador

Para a realização desta etapa, o texto será fragmentado em partes, consideradas como unidades de leitura, devido à inserção de informações novas.

Fragmento 1

Título:

Policial se envolve em acidente, foge sem prestar socorro e vítima morre em Pará de Minas

Lide:

Militar foi encontrado e se negou a fazer o teste do etilômetro. Ele está detido no 7º batalhão em Bom Despacho.

Por: G1Centro-Oeste de Minas 30/04/2018 13h27 Atualizado há 3 anos.

Democratização - O título é rápido e usa o vocabulário cotidiano. Termos como “envolve”, “foge” e “morre”, escritos no presente do indicativo atualizam e ao mesmo criam uma esfera de pré-julgamento por parte do leitor.

Comodificação - “Morre”, a informação justifica a ideologia vigente de que instituições militares não correspondem ao bem social. O verbo no presente do indicativo apela para a atenção, promoção e a geração de impacto diante do leitor.

Tecnologização - “Policial”, o termo é usado com a intenção de envolver um todo da instituição militar. “Se”, pronome reflexivo que enfatiza o sujeito agente como principal responsável. “Foge”, verbo no presente do indicativo com intuito de atualizar a ação, mecanismo próprio do discurso jornalístico. “Sem prestar socorro”, julga a partir de uma cobrança pelo fato de fazer parte de uma instituição. “Vítima morre”, os dois termos foram empregados para reforçar a ideia de oposição nas posições e negligência, o verbo morrer no presente do indicativo. “Vítima”, “Policial” e “fuga” foram selecionadas para compor uma sequência de necessidade de alguém que poderia ser socorrida pela personificação de uma instituição, mas que contraria a partir da fuga.

Fragmento 2

O fato:

Uma jovem de 19 anos morreu após se envolver em um acidente em Pará de Minas, no sábado (28). Segundo a Polícia Militar (PM), a moto em que ela estava foi atingida por um carro conduzido por um policial militar, de 33 anos, lotado na 19ª companhia.

Democratização - O texto traz a especificação do sexo feminino através do verbo, na voz passiva “atingida” para se referir à moto. Também o uso do termo “morrer” é explícito em seu sentido, de modo que o autor busca ser objetivo e acessível em narrar a ocasião.

Comodificação - “Foi atingida”, o caráter apelativo pela voz passiva analítica que reforça, por meio do verbo auxiliar, a intenção de um agente sobre quem sofre/recebe a ação. Essa construção se dissolve em todo o texto a fim de reafirmar a suposta negligência da polícia. Ao colocar a idade de 19 e 33 anos, também há a retomada do teor apelativo por meio da apresentação das idades, o que favorece a juventude que foi interrompida pela falta de maturidade de alguém com uma idade bem superior.

Tecnologização - Os pronomes “uma” e “um” colocam os sujeitos em posições sociais com os substantivos “jovem” e “policial”.

Fragmento 3

Adendo:

Segundo a polícia, ele fugiu sem prestar socorro à vítima, mas foi encontrado. O militar se negou a fazer o teste do etilômetro e está detido no 7º Batalhão da Polícia Militar, em Bom Despacho.

Democratização - Há a predominância da escrita cotidiana, porém, ao qualificar o teste, isso não ocorre porque o termo é pouco conhecido, o que pode deixar transparecer o apagamento consciente do acesso democrático por meio da linguagem.

Comodificação - O texto promove uma hipótese que não deixa espaço para posterior refutação, argumentando por meio do ato “sem prestar socorro”, ideologicamente pensado, essa seria uma atitude exclusiva da instituição militar.

Tecnologização - “Fugiu”, “negar” e “detido”, a seleção dessa sequência verbal tem a finalidade de induzir o leitor a aceitar o comentário do autor que promove a culpabilidade do policial.

Fragmento 4

Instrução

De acordo com a PM, o acidente foi no cruzamento das ruas Leônidas de Melo e Matias Laurentis, no Bairro São Pedro. Aos policiais, ele disse que parou e observou o trânsito. quando foi arrancar o veículo atingiu a jovem que seguia de moto pela Rua Leônidas de Melo.

Democratização - “PM”, “arrancar”, o vocabulário impulsiona uma ação contrária ao cargo ocupado, “arrancar” o carro supõe que teve um movimento brusco e impulsivo, mas que deixa o leitor mais confortável porque é coloquial.

Comodificação - “Ele disse”, a visão do autor do texto é permeada pela falta de credibilidade à fala do autor do fato. “Atingiu a jovem”, o verbo transitivo e o objeto direto constroem o que no jornalismo é essencial, a ordem direta. Desse modo, o autor elenca os fatos, mas sem deixar de defender seu ponto de vista.

Tecnologização - “A jovem que seguia” a oração que foi construída demonstra tranquilidade, associada ao direito de ser jovem.

Fragmento 5

O agravamento

O policial ainda disse que saiu do local porque testemunhas fizeram ameaças, mas que quando chegou à casa da namorada, onde foi encontrado, ligou para a PM e o Corpo de Bombeiros. Durante a fuga, ele ainda bateu em um veículo que estava estacionado.

Democratização - “Ligou para a PM e o corpo de bombeiros”, a ausência da preposição “para” aproximar o fato descrito da linguagem oral, o que deixa o leitor mais familiarizado ao conteúdo.

Comodificação - A naturalização das coisas ocorre com intenções. “O policial”, “saiu” e “ameaças”, a sequência busca evidenciar que a opinião de todos deve ser entendida como garantia da impressão que o autor promove em toda a sua produção.

Tecnologização - “Ele ainda bateu em um veículo que estava estacionado”, essa oração reafirma como ocorreu a escolha de representar o fato, ou seja, aparenta uma conclusão de fatos negativos que já foram explanados no decorrer de toda a produção. O fato de o veículo bater em outro que estava estacionado incentiva uma leitura que coage o leitor a valorizar toda a expectativa do autor.

Fragmento 6

O desdobramento

A jovem foi socorrida pelos Bombeiros até o hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC), com traumatismo craniano. porém ela não resistiu aos ferimentos

Democratização - A construção “A jovem foi socorrida pelos bombeiros” amplia o acesso para a simulação de uma informação mais acessível a todos os tipos de leitores por meio do modelo conversacional.

Comodificação - A fragilidade da figura feminina é afirmada pela sequência socorrida, socorro, traumatismo e não resistência.

Tecnologização - “A jovem”, “ela não resistiu”, nesse momento o pronome “ela” e o artigo “A” compõem a intenção do verbo “resistiu” como uma forma de associar a representatividade da mulher que deve ser sempre protegida, coisa que não ocorreu por meio de outro representante - o policial militar.

Fragmento 7

O desfecho

O condutor não apresentava sinais aparentes de embriaguez, porém, se recusou a fazer o teste do etilômetro. ele foi detido e encaminhado ao 7º Batalhão da Polícia Militar, em Bom Despacho, onde permanece à disposição da Justiça.

Democratização - A expressão “condutor” apresenta-se ao leitor de maneira leve e profissional. O pronome “Ele” também corresponde à técnica jornalística que não tem a intenção de expor o sujeito, nesse caso, o que iguala e busca amenizar um possível julgamento de quem ler a matéria.

Comodificação - Ao informar que “o condutor não tinha sinais aparentes de embriaguez”, o texto tem função apelativa para que nada do que foi transcrito até então seja colocado em dúvida. O autor trabalha com a suspeita, a dúvida, porém, ao mesmo tempo, não o isenta de culpa pela não realização do teste. “Detido” e “” encaminhado”, os verbos no modo particípio reafirmam algo que deve ser esperado, o julgamento do acusado.

Tecnologização - “Apresentava”, o verbo no pretérito imperfeito, junto ao adjetivo “aparentes” intensificam o modo como o fato, a intencionalidade e o público são presumidos para salientar a ideia central da produção. O termo “condutor”, nesse parágrafo, retira do sujeito o encargo da instituição e o autor o deixa de modo vulnerável, pois a conclusão desse momento do texto já justifica o fato ao dizer “onde permanece à disposição da Justiça”.

Fragmento 8

A sanção

O carro dele foi apreendido e a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do policial foi recolhida e será aplicado um Auto de Infração de Trânsito correspondentes à recusa de se submeter ao teste do etilômetro.

Democratização - O modo como a primeira oração foi construída busca ser informal e acessível.

Comodificação - Quando ocorre a narração da infração, o autor coloca isso como algo extraordinário, pois, no consciente coletivo, tais informações não condizem com um militar. “O carro dele”, após a informação de que o acusado permanece à disposição e que teve a CNH apreendida, mais uma vez o sujeito é colocado como submisso, incapaz de se assegurar por meio de seu posto, semelhante a qualquer sujeito civil que aja da mesma forma.

Tecnologização - “a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do policial foi recolhida”, ao escolher colocar a oração na voz passiva analítica, passa a ideia de valorizar um documento, muito respeitado pelos cidadãos e que demonstra a liberdade de ir e vir diante da lei na condução de veículos como perda por alguém pertencente à instituição militar. É reforçada a ideia de submissão com teor humilhante frente ao público leitor.

3.9 Proposta didática

Com base na leitura e análise do texto motivador que discorre sobre condições sociais reais, presença de instituições e opiniões do veículo responsável pela produção. Assim estabeleceu-se a seguinte proposta:

“Façam a leitura do texto mais de uma vez. Após cada parágrafo, procurem selecionar as informações que mais chamaram a sua atenção, depois grife-as para que as oriente em sua produção.

O número de linhas é 31, de modo que suas ideias devem ser objetivas e organizadas para que não exceda o limite. Escreva seu texto à caneta preta ou azul”

Outro aspecto importante é que o texto não foi aplicado pelo professor regente da sala, mas por outro. Esse professor aplicador não interferiu na produção e não fez a leitura com a sala, apenas ficou presente durante o tempo de produção para eventuais circunstâncias.

A sala contava com dez alunos, desse total foram selecionados quatro textos de modo que viabilizasse o trabalho e condensasse o suporte teórico.

3.9.1 Análise da produção dos alunos

O objeto de análise são textos produzidos pelos alunos de uma turma de 8º ano do Ensino Fundamental II, pertencente a um colégio particular do Sul de Minas Gerais.

As fontes que formam o material didático, as leituras e as informações acessadas pelos alunos permitiram que atividades como essa fossem realizadas desde a série anterior. O trabalho realizado em Língua Portuguesa procurou captar e estruturar bases textuais que iam se modificando de acordo com motivações externas e internas proporcionadas durante as aulas.

Texto 1

1	
2	Neste caso em específico, podemos ter duas versões sobre o
3	acontecido, uma onde o fato pode ter sido um acidente em que
4	o jovem ou o policial não tiveram culpa, ou uma versão
5	onde a culpa pode estar concentrada no policial que estaria
6	embriagado, e para mostrar como a segunda versão é a
7	mais provável que seja a real.
8	O policial que participou do acidente que atingiu o
9	jovem quando foi arrancado o carro, porém o que se sabe é que
10	ele não foi ajudar o jovem e ao invés disso ele fugiu, após
11	o acidente, o mesmo não aparentava estar embriagado
12	(por isso que ele levou o carro quando estava fugindo),
13	mas mesmo não estando aparentemente, ele se recusou a
14	fazer o teste do etilômetro (o que seria equivalente ao
15	teste do bafômetro), mas se recusou a fazer o teste? Por
16	quê? ele se recusou a fazer o teste? Por
17	quê? isso.
18	Não quero mostrar que a única versão seja a
19	versão absoluta, só estou apontando fatos para que
20	avancemos um pouco mais sobre o acidente, sem
21	excluir a possibilidade de que o que tudo aconteceu
22	foi uma coincidência.
23	

Democratização:

O último parágrafo do texto é o cerne dessa tendência, pois apresenta um teor conversacional sobre o texto, de modo que o leitor se sinta familiar, acolhido e pronto a dialogar com as ideias apresentadas.

No primeiro parágrafo, ao se colocar junto aos demais “podemos ter suas visões”, busca quebrar a distância para que haja uma interação na resolução de um fato entre autor e leitor.

“*Porém o pior*”, o segundo parágrafo sugere uma leitura rápida, numa linguagem coloquial, com elementos da fala no cotidiano.

Comodificação:

A visão comodificada do texto reside na maneira como o fato é explanado de modo apelativo. Toda a construção textual sobre as possíveis ações tenta vender a ideologia da polícia como sujeito social que não colabora com a sociedade: “*O policial que participou do acidente que atingiu a jovem...*”. A maneira priorizada pelo autor (produtor) direciona o (leitor) consumidor a pensar de maneira homogênea, sem espaço para outras possibilidades, colocando o agente do fato como responsável de toda a situação, sem espaço para outras eventualidades.

Tecnologização:

O autor do texto inicia a produção de modo cortês, em que se coloca no lugar de leitores com olhares diferentes. Ao usar o pronome demonstrativo “*neste*” no começo da frase, demonstra seu distanciamento e olhar crítico, que provoca no leitor uma certa curiosidade. “*Podemos ter duas visões*”, coloca-se junto aos demais para interpretar o fato com duas possibilidades: o policial é culpado ou não.

Antes de defender claramente sua posição, adiciona o adjetivo “*embriagado*”, a fim de induzir ao início dos argumentos.

“*E posso mostrar como a segunda visão é a mais provável que seja real*”, nessa oração, o autor usa o verbo *poder* no presente do indicativo seguido do verbo *mostrar*, dois elementos que garantem certeza diante do modo como decidiu representar o fato.

No segundo parágrafo, coloca o policial como “*participante*” do acidente e, em seguida, afirma que ele “*decidiu não ajudar a jovem*”, nessa oração, a forma direta (sujeito+verbo+complemento) preserva a estrutura jornalística desse gênero porque fica fácil para identificar sempre que se refere aos participantes. “*Ao invés disso ele fugiu*”, há nesse momento uma supervalorização da possível fuga adicionada ao fato de não ajudar a vítima. O uso de parênteses reforça a posição do autor em demonstrar elementos que possam induzir a uma certa posição após a leitura.

Ainda no segundo parágrafo, a oração “*bateu o carro quando estava fugindo*” demonstra que a representação do acontecido é marcada por duas atitudes inimagináveis por um membro militar, “*bater o carro*” e “*fugir*”. A conjunção adversativa “*mas*” entra como forma de desacreditar qualquer possibilidade de um mero acidente, pois, na sequência, traz o fato da recusa do teste que garantiria sua inocência ou não.

“Bem estranho isso”, a intenção do autor no final do parágrafo é culpar o policial e ele escolhe isso ancorando-se no fato de ele não ter realizado o “teste de etilômetro”. Toda a produção centra-se nesse fato como fonte de uma possível condenação.

No último parágrafo, a primeira pessoa procura sugerir imparcialidade, porém estimula os leitores a olharem os fatos como ele, “Não quero mostrar que a minha visão seja a verdade absoluta...”, o autor coloca-se como expectador e tenta passar a ideia de uma opinião neutra. Ao concluir o texto, reforça o que sua produção buscou enfatizar ao leitor: “...só estou apontando fatos para que aconteça um possível entendimento sobre o ocorrido, sem excluir a possibilidade de que o que tenha acontecido foi uma coincidência”.

Texto 2

1	De um tempo pra cá os militares estão fa-
2	zendo cada vez mais coisas em que não batem
3	com a sua profissão. Se a função deles é ajudar
4	peças, ajudar na segurança, por que isso não
5	está mais acontecendo?
6	Tem na sociedade militares que realmen-
7	te ajudam e gostam da profissão mas a maior
8	ia fazem pelo interesse.
9	Nesse caso em que ocorreu, da para perceber
10	que esse policial não teve o mínimo de noção
11	e empatia. Por ele ter se recusado a fazer o tes-
12	te de etilômetro deve ter feito o que não de-
13	veria fazer e depois dirigir
14	No volante ele ficou sem carro, sem
15	carteira, afetou uma vida sendo que poderia
16	ter assumido seu erro e ter ajudado a me-
17	ça.
18	
19	

Democratização:

Há palavras selecionadas pelo autor em todo o texto que acenam para a democratização de modo objetivo, “pra cá”, “batem”, “noção”, “empatia”, “assumido” seu erro”. A expressão “pra cá” é usual, tem a finalidade de registrar a língua no uso informal ao referir-se ao tempo. O verbo “batem”, no plural, generaliza os acontecimentos feitos pelo sujeito acusado. Tem o mesmo sentido de corresponder, condizer com alguma coisa.

O substantivo feminino “*noção*”, por exemplo, está ligado ao fato de a pessoa não ter condições intelectuais e emocionais suficientes para realizar uma atitude condizente com uma moral “aceita” pela sociedade. O mesmo fato ocorre com o substantivo “*empatia*”, em que o autor quis atualizar, no fato noticioso, o discurso de coisas benéficas feitas em sociedade como as ações de voluntariado que sempre se utilizam desse termo para promover ideias e ações filantrópicas. Assim, no contexto do fato, o sujeito é visto como alguém sem empatia, sem afeição pelo próximo.

A construção da frase “*assumido o seu erro*” teve a finalidade de complementar o que em todo o texto já foi formado - a falta de responsabilidade e civilidade por parte de um integrante de instituição militar.

Comodificação:

A promoção de ideia contrária à polícia corresponde ao que é bastante veiculado pela mídia, como já foi discutido anteriormente. “*Por que isso não está mais acontecendo?*”. A oração generaliza a opinião, expondo o fato como corriqueiro. A colocação da indagação pessoal busca enfatizar seu espanto em mais um fato narrado diante de outros já estruturados de maneira semelhante.

Na construção “*Mas a maioria ‘fazem’ pelo interesse*”⁵, o autor coloca em evidência a questão financeira que pode ser um atrativo para a profissão, de modo que deixa subentendida a ideia de que muitos exercem sua função sem compromisso ético e, com isso, acrescenta ao leitor dúvida no exercício da profissão. Assim também o autor esquiva o conceito de profissão com o intuito de defesa social e humana para uma profissão semelhante às demais.

No terceiro parágrafo, “*dá para perceber*”, o autor expõe a opinião de maneira direta, o que favorece a indução e formação de opinião no término da leitura. Na conclusão do parágrafo, prioriza a falta de negligência e com isso ações judiciais oriundas do ocorrido. Assim, o uso de termos apelativos como “*deve ter feito o que não deveria fazer...*” leva o leitor a raciocinar com o autor, de modo que já ocorra um pré julgamento do acusado.

Tecnologização:

No primeiro parágrafo, a oração “*De uns tempos para cá*”, a ideia que permeia no texto restringe-se em um dado momento. A formação leitora do autor baseia-se em um certo momento histórico, o que parece ser recente, para embasar suas discussões. Há de se considerar que a menção citada situa, historicamente, o conhecimento do autor sobre o assunto do texto.

⁵ O texto selecionado segue como foi produzido, por isso o erro de concordância não foi alterado, de modo que deve ser “mas a maioria faz pelo interesse”.

“Coisas que não batem com sua profissão”, a palavra “coisas” (ações) universaliza, do modo pejorativo, as condutas praticadas por profissionais da segurança pública. Segue “se a função deles é ajudar pessoas...”, com a intenção de reafirmar o papel que deveriam desempenhar, porém, ao terminar a ideia, coloca: “por que isso não está acontecendo” o que desconstrói a afirmação anterior que era “ajudar pessoas”.

O segundo parágrafo traz a ideia de reconhecimento do trabalho militar, mas “a maioria fazem” pelo interesse”, induz a uma opinião que reforça a rejeição já existente nos noticiários contra essa classe de profissionais da segurança, fruto do pensamento coletivo e que é justificada pela questão financeira, como interesse.

O terceiro parágrafo tende a acusar o sujeito por meio da oração “não teve o mínimo de noção e empatia” que considera o praticante do ato como alguém sem razão e caridade. O argumento do teste não feito também apoia a ideia anterior, “deve ter feito o que não deveria fazer”, a opinião velada leva o leitor a colocar-se no lugar de juiz para emitir sua opinião, já previamente formulada no decorrer do texto.

No último parágrafo, o autor mostra a consequência da ação do sujeito, “sem carro”, “sem carteira” e “afetou uma vida”, a sequência colocada tende a expor o fato a fim de promover uma ideia social, que todos ao agirem assim também passarão pela mesma infâmia social.

Texto 3

1	o sistema policial no Brasil abrutta, machuca e
2	ameaça mais do que protege a própria população.
3	o que dever ser feito em casos assim, é
4	tirar a farda do policial, tirar o seu direito de ser
5	um policial. Mas não é isso que acontece, esse
6	policial provavelmente vai ficar afastado um tempo
7	e depois voltar como se nada tivesse acontecido.
8	É a família da pessoa vai ficar deambai-
9	çada e sem nenhum tipo de suporte.
10	Este tipo de coisa sempre acontece no Brasil,
11	famílias perdem seus entes queridos, sem motivos
12	sem explicação. E a justiça não faz nada.
13	
14	
15	

Democratização:

A expressão escolhida pelo autor “*tirar a farda do policial*”, popularmente conhecida como perda dos direitos como militar, é da linguagem coloquial, que carrega metáforas como farda, batina e carteira (de CNH) que simbolizam a permissão dada a alguém para realizar determinadas funções aprovadas diante da sociedade e das instituições. O caráter conversacional do texto é homogêneo porque mantém a informalidade como meio de aproximação do autor com o leitor. O texto também maqueia uma suposta democratização linguística, mas a ideia é velada por meio da ideologia eleita pelo autor, de dialogar com as concepções rotineiras da mídia sobre fatos similares.

Comodificação:

A primeira oração do texto mostra como é rápida a posição escolhida pelo autor, e a intenção em promover sua ideia por meio da produção textual. Palavras como “*ameaça*” e “*protege*” têm o propósito de apelar para as funções de cada um - a polícia “*ameaça*”, já a população carece de “*proteção*”.

O uso do imperativo no início do segundo parágrafo “*o que deve ser feito em casos assim...*” revela posição defendida pelo autor, com isso coloca-se junto ao leitor para a emissão de uma opinião que, aparentemente, sofre junto, mas essa posição é intencional em todo o comentário sobre o fato.

A sequência traz a afirmação “*tirar a farda do policial*”. A ideologia que rege o lugar de fala do autor demonstra uma forma de divulgar atitudes semelhantes para coibir a instituição. “*Mas*” mostra a visão que enfatiza a posição escolhida de contrariedade à polícia. O advérbio “*provavelmente*” tem o intuito de direcionar apenas uma escolha de opinião - o sujeito citado é digno de culpa.

O último parágrafo permanece como sintetização de toda a ideia predominante no texto - falta de justiça, falta de cuidado e ética - que é a visão fornecida pelo autor para um provável panorama unificado sobre o acontecido.

Tecnologização:

O autor inicia o primeiro parágrafo com objetividade sobre o tema que irá discorrer textualmente, “*O sistema policial no Brasil assusta, machuca e ameaça...*”, a ordem direta busca facilitar a sequência de informações futuras de modo que todo o predicado que surgir se refira ao “*sistema policial*”. Os verbos em sequência “*assusta, machuca e ameaça...*”, no presente do indicativo, atualizam a opinião do autor, de maneira que o leitor já reconhece, no início do texto, toda a ideologia que permeia a construção.

O segundo parágrafo oferece uma solução de sorte que o sujeito seja despedido de sua condição profissional “*tirar a farda do policial*”. Em seguida, usa um argumento que não sofre punições, “*tirar o seu direito de ser um policial*”.

Os vocábulos “*família*”, “*jovem*” e “*desamparado*” formam um tripé que embasa toda a visão do autor sobre o episódio. Os princípios sociais que envolvem a família e o jovem são retirados pelos militares, de forma que após cada acontecimento semelhante, esses ficam desfavorecidos e sem a presença da justiça.

Na conclusão do texto, o autor utiliza-se da expressão “*esse tipo de coisa sempre acontece no Brasil*”, de modo que sua opinião emita desdém por estar relacionado à polícia. Isso se justifica, segundo o autor, pela incoerência e falta de justiça. Também é importante, mais uma vez, notar como é construída a imagem da instituição militar, de modo particular da polícia, na mídia brasileira.

Texto 4

1	Policial se envolve em acidente foge sem prestar socorro e vítima morre em Parat de Minas
2	Naminha opinião, o policial “saiu” do seu papel de autoridade, se fugiu sem pedir ajuda para a vítima, e de acordo com ele, estão me fazendo muitas ameaças com ele (creio que não há quem que fosse policial, ou que tirasse mais autoridade não faria ameaças nenhuma a ele, se tirasse “ajuda” corretamente), além de que durante a fuga ele ainda bateu em um carro que estava estacionado e se parou quando chegou na casa da namorada, quando foi achado pela polícia militar). 2. Depois disso ele ainda negou fazer o teste do etilômetro (isso significa que talvez ele possa ter tomado alguma coisa, o que não é legal, principalmente se ele estivesse em horário de serviço). Um caso que me impactou bastante foi o fato de que o jovem foi socorrido pelos bombeiros e teve um traumatismo craniano, e não recebeu os ferimentos. Mas na questão política a autoridade não foi nada boa ética, e que de alguma forma “saiu das leis”, e também não agradou nem muito pouco a população.
25	

Democratização:

A construção do texto não teve divisão de parágrafos, o que aproxima de uma “conversa”. A estrutura e o modo como o autor estruturou sua produção foi “corrida”, o que se assemelha ao uso conversacional, pois o autor, talvez, tenha querido relatar sua visão de forma extensa, mas sem contar a divisão de parágrafos. Por sete vezes ocorreu o uso do pronome pessoal “ele”, frisando o sujeito tido como culpado em todas as construções sintáticas.

Comodificação:

A forma mercantil em que as ideias são colocadas demonstra como a atualização do texto motivador exerceu sua função nos comentários do autor.

O título do texto motivador, repetido no texto, “*Policia se envolve em acidente*”, chama o leitor para perceber as colocações seguintes: “*foge*”, “*saiu*”, “*agido*”, “*negou*”, “*não é legal*”, “*saiu das leis*”; todas essas ideias remetem à ideia primária colocada pelo texto-base, que o sujeito militar, dentro de suas funções, realizou uma sequência de atitudes incoerentes em relação ao estado militar e profissional.

Tecnologização:

O primeiro parágrafo do texto emite a opinião do autor. Os verbos “*saiu*” e “*fugiu*”, ambos no pretérito perfeito, são colocados de modo que afirmam a conduta errada do acusado, ao mesmo tempo iguala a informação aos civis, pois esses predicativos são usualmente colocados em situações semelhantes com pessoas civis.

O substantivo “*autoridade*”, entre aspas e junto às demais palavras, tem a intenção de esvaziar o significado do substantivo “*policia*”. O autor cita que o sujeito sofreu ameaças e, em seguida, diz, entre parênteses, que se “*tivesse agido corretamente*” isso não teria lógica. Há a progressão de termos do texto para solidificar sua opinião frente ao leitor e a possível indução.

“*Ele ainda bateu em um carro que estava estacionado*”, a oração enfatiza a ação errada por meio do advérbio “*ainda*” e do verbo “*estacionado*”, o que promove um espanto no leitor pelo modo como o fato é narrado, ou seja, além de toda a ação repudiável, também cometeu outro erro de modo intencional.

“*O que significa que ele possa ter tomado alguma coisa, o que não é legal*”, aqui o autor já induz a uma possível ação e também a alimenta com o seu modo de pensar, em seguida, expande “*principalmente se ele tivesse em horário de serviço*”.

“*Uma coisa que me impactou bastante*”, os termos “*me*”, “*impactou*” e “*bastante*” demonstram a surpresa do autor diante do fato e que se estende ao leitor.

“*A jovem foi socorrida pelos bombeiros*”, a formação da voz passiva coloca a jovem com sua fragilidade que é socorrida pelos outros militares. Há de se destacar que a visão dos

bombeiros é diversa da dos militares. Por meio da função exercida por bombeiros de salva vidas, a exposição midiática é normalmente heróica, o que não deixa de ser verdade, porém também é uma ala que pertence à instituição militar.

“E teve traumatismo craniano, e não resitiu”, o uso da conjunção “e” busca salientar a consequência da ação errada feita pelo acusado e todo o transtorno gerado.

Na suposta conclusão do texto, o autor usa o termo “*ética*” para colocar o caráter do sujeito em questão. Isso foi a causa do descontentamento da população, o autor encerra a explanação usando um termo coletivo (O que não está no texto motivador) para justificar seu posicionamento.

3.9.2 Resultado das análises

Como finalização das análises feitas nas produções selecionadas, é possível destacar alguns aspectos que foram observados no decorrer da investigação.

Todas as produções revelaram um alto envolvimento com a produção jornalística no sentido de aceitabilidade, ou seja, não há questionamentos, recortes como forma de revisão do que foi noticiado e argumentos contrários. Apenas o texto 1 procurou mostrar certa parcialidade, com elementos que mais justificavam do que reprovavam o teor do texto motivador, como o uso da primeira pessoa ao argumentar: “não quero mostrar que a minha visão seja a verdade absoluta, só estou apontando fatos para que aconteça um possível entendimento sobre o ocorrido...”

Outro aspecto importante é a maneira como o discurso acerca da representatividade policial se assemelha ao que é veiculado pela mídia de forma homogênea. A visão é sempre assustadora e hostil à figura do militar, sobretudo a do policial, como sugerem as produções 02 e 03 - “o sistema policial assusta, machuca e ameaça...” (texto 02)

O texto 04 promove uma recuperação do conteúdo, todavia mostra-se, de maneira imparcial, sua reprovação por comentários como “o que não é legal” e “saiu das leis”, deixando transparecer também sua concordância com o fato narrado.

Por fim, como encerramento das análises, é possível identificar o modo como os sujeitos tecem seus textos, buscam justificar sua forma de responder ao mundo e, de maneira direta, acham justificativas para apresentarem suas definições sobre as coisas que os cercam. Como afirma Fairclough (2001, p. 36): “Seus domínios são respectivamente a representação e a significação do mundo e da experiência, a constituição (estabelecimento, reprodução, negociação) das identidades dos participantes e as relações sociais e pessoais entre eles...”

CONCLUSÃO

A problemática proposta por esta pesquisa é a inabilidade que os alunos do 8º ano do Ensino Fundamental têm, após percorrerem longos anos na educação básica, em conciliar o aprendizado gramatical com as atividades de produção textual, utilizando, a seu favor, as artimanhas normativas e cotidianas de uso para construir textos consistentes.

O propósito básico desse trabalho foi a reflexão sobre a necessidade de contextualizar as normas da língua padrão nos diferentes contextos em que o falante a utiliza. Somente pela dimensão linguística, o ensino e estudo da gramática se tornarão significativos para o aluno, de sorte que ele se apropriará da teoria à medida que compreender sua importância para as vivências do dia-a-dia.

Como foi possível examinar, a língua, como organização de palavras por meio da gramática, pode parecer algo simples e que não deve ser revisitado em busca de sentidos maiores, especialmente quando somos leitores (consumidores) no sentido inconsciente da leitura, mas não é assim que se compreende de fato a função da linguagem. Muitos estudos que têm como fonte a AD promovem essa resignificação da língua para que não fiquemos apenas no sentido restrito do ato de produzir e ler, mas que cheguemos ao aspecto discursivo maduro e consciente.

Com base numa revisão histórica e teórica da compreensão da língua, no sentido gramatical e discursivo, foi possível notar que a língua exerce uma atuação indiscutível na formulação do sujeito em sociedade. Ao se enxergar as definições propostas pela gramática desde a colonização até o fim do império, não restam dúvidas de que, por muito tempo, o poder que emanava de uma ideologia dominante utilizou-se da língua como maneira de controle e restrição do pensamento crítico dos sujeitos. A ideia de colônia, associada ao domínio do vernáculo, impõe à realidade ingênua dos sujeitos uma forma de ser e de pensar, a fim de que todo um processo civilizatório fosse assim delineado. Além dessa problemática, há também a presença da educação, vista sob a ótica do colonizador e que propõe a língua como forma de domínio por muito tempo. E assim, a normatização da língua amparou também o pensamento, recomendando que as produções dos sujeitos obedecessem a um modo de ver e atuar frente à realidade.

No entanto, por meio da ACD, foi possível compreender o que de fato gesta e mantém toda uma estrutura que só se concretiza por meio da língua. Isso é fato sobretudo quando se analisa o discurso a partir de estruturas e realidades em que a História permite e aponta realidades congregadas em torno das produções autorizadas e consumidas pelos sujeitos. O

discurso é a parte que se põe em evidência, que é vendido, defendido, consumido e produzido, assim ele é o local em que as estruturas se mostram e deixam também suas fendas, que são entendidas sob a ótica da ACD como lugar de recapitulação das ações.

Não se nega que essa pesquisa buscou assimilar melhor as normas que regem a Língua Portuguesa, porém o que mais deve ser levado em consideração é o fato de como isso permite algo além, que é a proposta de mudança como leitor e falante, mas também que essa mudança exerça algo no espaço social em que ela se realiza. A pesquisa permite uma breve consideração sobre atuações em ensino de língua materna justamente para despertar o desejo de um estudo fecundo e que não resida apenas na nomenclatura, mas no todo que o engloba.

Norman Fairclough, através da ACD, insiste em afirmar que a mudança crítica deve acontecer não só no sujeito, mas também no social. Assim, quando se capta melhor a realidade também é possível compreender o sujeito. A absorção da realidade passa pela língua e isso implica o uso consciente e modificador das ações.

O viés social da ACD, proposto por Fairclough, é atraente porque coloca não apenas o teórico, mas também o prático em debate, em construção. “Fazer ciência com a língua” como afirma Bechara (1985) é colocar em prática a realidade de uso e diagnosticar nela os limites que para o próprio sujeito ainda não foram superados. Autores como Pêcheux, Foucault, Althusser, Eni Orlandi, Travaglia e Sayeg põem em análise não apenas elementos da abstração linguística, mas um olhar ativo e realista da língua como oportunidade de mudança. Essa pesquisa não esgota o tema, mas recupera o sentido de avaliar, com visão realista, o caráter de uso e produção da língua. Por meio da pequena demonstração produzida por alguns alunos, pôde-se avaliar e rever caminhos que até então não foram pensados, analisados e colocados em evidência.

A proposta dessa pesquisa bibliográfica foi dizer que não se pode pensar a língua como apenas um relato ou comentário, mas a raiz da ação humana. Através de um problema relatado por um gênero como a reportagem, concluiu-se que se produz e se consome dentro de uma cadeia, que aparenta ser sutil, mas viciosa e também confortável, o que gera a não consciência dos sujeitos. Portanto, quando se percebe o que é exposto logo se repensa, como forma menos danosa e mais oportuna, práticas para implantar mudanças e um pensamento crítico diante das produções que circulam em sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rita Heloísa de. O diretório dos índios: um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII. Brasília: UnB, 1997.

ANTUNES, Irlandé. **Gramática contextualizada**: limpando o pó das ideias simples. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

AUROUX, Sylvian. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas SP: Editora da Unicamp, 1992.

BAGNO, Marcos. Norma linguística e preconceito social: questões de terminologia. **Vereadas, revista de estudos linguísticos**, Juiz de Fora, v.5, n. 2, p. 71-8. 2003.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**. 56. ed. São Paulo: Parábola, 2015.

BARROS, J. **Grammatica da língua portuguesa**/ [João de Barros]. - Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiū [m], Typografum, 1540. Disponível em: <https://purl.pt/12148>. Acesso em 10/01/2020.

BECHARA, Evanildo, 1928. **Ensino da gramática**: opressão? liberdade? - 1. ed.- São Paulo: Ática, 1985. (Série princípios).

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BEZERRA, M.A. EnsiP.; MACHADO, A.R. e BEZERRA, M.A. (Org.) Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p.37-46 FIORIN, J.L. Linguagem e ideologia. 4 ed. São Paulo: Ática, 1995, p.26-36. 2011.

Brasil. Constituição (1988). Disponível em:

BRASIL. Ministérios da Educação e do desporto. Secretaria de educação fundamental. Parâmetros curriculares nacionais ensino médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998b.

CASTILHO, Ataliba. Português falado e ensino de gramática. **Letras de hoje**, Porto Alegre, V. 25, n.1, p. 103-136, março de 1990. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/16140>. Acesso em 07/01/21

CEGALLA, D.P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 33ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1990.

CUNHA, C & CINTRA, L.F.L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

DIAS, Eliana; CORRÊA PINTO, Danilo. Reflexões sobre a prática de ensino de língua portuguesa. **Anais da SIELP**, Uberlândia, v. 1. n. 1. p.894-903. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/4f7VHdXQGSDshCgbkRK53JF/?lang=pt>. Acesso em 17/10/2021

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Izabel Magalhães, coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FARACO, Carlos alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. [In] BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002, p. 37-61.

FÁVERO, Leonor Lopes. **História da disciplina Português na escola brasileira**. Diadorim, Rio de Janeiro, v.6, n. 03, p. 1-24, 2009.

- FÁVERO, Leonor Lopes. **Oralidade e escrita:** perspectivas para o ensino de língua materna/Leonor Lopes Fávero, Maria Lúcia da Cunha V. de Oliveira Andrade, Zilda Gaspar Oliveira de Aquino. - 5.ed.- São Paulo: Cortez, 2005.
- FIORIN, J. L. Linguagem e ideologia. São Paulo: Editora Ática. 1998.
- FIORIN, J.L. Tendências da análise do discurso. Estudos Linguísticos, v.19, p.173-9, 1990
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1999
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- GREGOLIN, GREGOLIN, M. do R. V. A análise do discurso: conceitos e aplicações. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 39, 2001
- HERNANDES, Nilton. *A mídia e seus truques:* o que o jornal, revista, tv, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público. 2. ed. São Paulo: contexto, 2012.
- LIMA, Ivana Stolze. Entre a língua nacional e a fala caçanje. Representações sociais sobre a língua no Rio de Janeiro imperial. ANPUH - **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.**
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARINHO; Janice Helena Chaves; COSTA VAL, Maria da Graça. Variação linguística e ensino: caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale, 2006.
- NASCIMENTO, Patrícia Ceolin do. **Técnicas de redação em jornalismo: o texto da notícia.** São Paulo: Saraiva, 2009. 153p.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional.* São Paulo: HUCITEC, 1987.
- NEVES, Maria Helena M. Gramática na escola. 5. ed. - São Paulo: Contexto, 2001. - (Repensando a língua Portuguesa)
- O GLOBO. *Manual de redação e estilo.* 4. ed. São Paulo: Globo, 1992.
- ORLANDI, E.P. Conhecimento linguístico, Filologia e Gramática. In: Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil. Cortez: São Paulo, 2002.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso - princípios e procedimentos.* Campinas, Pontes, 1999.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2013.
- PERINI, M. A. Gramática do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- PINTO, Edith Pimentel (org.). **O português do Brasil:** Textos Críticos e Teóricos 1 - 1820/1920. Rio de Janeiro: Livros Técnicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- RESENDE, Viviane; Ramalho, Viviane. *Análise de discurso crítica.* São Paulo: Contexto, 2006.
- ROBINS,R.H. Pequena História da Linguística. Rio de Janeiro: ao livro técnico, 1979.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil*. [in] BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 11-25.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência: práticas discursivas. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(2): 145-157, outubro de 1998.

SANTOS, Franciane da Silva. *Metáforas em reportagens da revista Veja: uma análise retórica*. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2015.

SAYEG-SIQUEIRA, João Hilton. *Análise de discurso textualmente orientada: a dimensão social da linguagem*. S/d. Mimeografado.

SILVA, Flávia Santos. *Tékhne grammatiké: alguns apontamentos*. **Revista Primordium**, Uberlândia, v.3, n.6, p.01-08, jul./dez. - 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/primordium>. Acesso em: 12/01/2021.

SILVA, N. **Ensino tradicional de gramática e prática de análise linguística na aula de português**. Dissertação de mestrado linguística. - Universidade federal de Pernambuco. Pernambuco. p.163. 2009.

SILVA, Renata. Linguagem e ideologia. **Linguagem em (Dis) curso**, Universidade do Sul de Santa Catarina, v.9, n.1, p. 157-180, jan,2009.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola - uma perspectiva social*. 14. ed. São Paulo: Ática, 1996.

SOUSA, Cleber Cristiano de; ALVARES, Lucas Augusto Souza Pinto. A gramática e a gramatização: o ensino da gramática e o processo de gramatização brasileiro. **Ecos**, Mato Grosso, v.19, n.02, p. 135-151, dezembro, 2015.

TOMAZI, M. M., & ROCHA, J. (2013). Análise crítica do discurso de pronunciamentos da polícia militar durante manifestações populares. *Cadernos De Linguagem E Sociedade*, 14(2), 137–159. <https://doi.org/10.26512/les.v14i2.9219>

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. - 5 ed.- São Paulo: Cortez, 2000.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática ensino plural* - São Paulo: Cortez, 2003.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*, tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

VAN DIJK; Teun A.; HOFFNAGEL, J.; FALCONE, K (Orgs). **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

WALSH, Bianca. A noção de discurso na AD Peuceutiana e na ACD de Fairclough e implicações nos diferentes modos de análise. **Raído**, Dourados, v. 5, n. 9, p. 9-23, nov. 2011. ISSN 1984-4018. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raído/articleew/521/798>>. Acesso em: 28 out. 2021